

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Curso de Filosofia
James Vasconcellos Mesquita**

**UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DA ABORDAGEM AGOSTINIANA SOBRE A
MORAL E O PROBLEMA DO MAL**

**Brasília - DF
2022**

James Vasconcellos Mesquita

**UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DA ABORDAGEM AGOSTINIANA SOBRE A
MORAL E O PROBLEMA DO MAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para aprovação na disciplina Monografia Filosófica do Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Scott Randall Paine

Brasília - DF
2022

RESUMO

A relação entre a condição moral e a origem do mal é extremamente íntima. Os filósofos gregos pré-socráticos e, mormente, os clássicos se detiveram longamente na reflexão desse tema polêmico a ponto de produzirem uma literatura vastíssima. Essa problemática aparentemente insolúvel atravessou os séculos desde então sem ter encontrado uma resposta que solucionasse os debates e desse um ponto final nesse assunto. O Cristianismo entrou na discussão para apresentar uma versão alternativa a partir de uma percepção interpretativa diferente. O porta-voz oficial do problema “moral *versus* mal” foi Santo Agostinho, o qual se apropriou de alguns pontos platônicos para o desenvolvimento da sua visão. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo retomar a contribuição da filosofia metafísica agostiniana, valendo-se das interpretações de alguns comentadores as quais serão compiladas para melhor absorção e melhor averiguação por parte do leitor. Com isso, pretende-se trazer ao conhecimento dos atuais interessados na questão moral, os quais se incomodam com o mal que grassa nas plagas sociais em todos os níveis, a proposta do pensamento filosófico-cristão que, por sua vez, exime-se, propositadamente, da ingenuidade costumeiramente constatada na religião, mas que não exclui o elemento da esperança da hegemonia do Bem sobre o Mal.

Palavras-chave: Agostinho. Bem. Cristianismo. Mal. Moral.

ABSTRACT

The relationship between the moral condition and the origin of evil is extremely intimate. The pre-Socratic Greek philosophers, and especially the classical ones, stopped at length in the reflection of this controversial theme to the point of producing a vast literature. This apparently insoluble problem has crossed the centuries since without having found an answer that would resolve the debates and make an end to the subject. Christianity entered the discussion to present an alternative version from a different interpretive perception. The official spokesman for the problem "moral *versus* evil" was St. Augustine, who appropriated some Platonic points for the development of his vision. This Course Conclusion Work aims to retake the contribution of the Augustinian metaphysical philosophy, using the interpretations of some commentators which will be compiled for better absorption and better investigation by the reader. With this, it is intended to bring to the attention of the present ones interested in the moral question, which are troubled with the evil that rages in the social plagues in all the levels, the proposal of the philosophical-Christian thought that, in turn, purposely, of the naivety customarily observed in religion, but which does not exclude the element of hope from the hegemony of Good over Evil.

Key-words: Augustine. Good. Christianity. Evil. Moral.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Considerações iniciais	5
1.2. Justificativa	7
1.3. Objetivos	8
1.3.1. Objetivo geral	8
1.3.2. Objetivos específicos	8
1.4. Estrutura do trabalho	8
2. PANORAMA DO MAL NAS OBRAS DE AGOSTINHO	11
2.1. Solilóquios	11
2.2. O livre-arbítrio	13
2.3. <i>De Magistro</i>	17
2.4. Confissões	18
2.5. A cidade de Deus	22
3. AS CATEGORIAS AGOSTINIANAS DO MAL	24
4. LUGAR-COMUM NAS PESQUISAS SOBRE O PROBLEMA DO MAL	27
5. LIÇÕES APRENDIDAS COM ÉTIENNE GILSON	33
6. CONSIDERAÇÕES APROPRIADAS, IMPORTANTES E PERTINENTES	40
7. CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

Acredita-se que todo pesquisador acadêmico de um curso de graduação tem a pretensão de ser honesto quanto ao conteúdo que apresentará no seu trabalho. Mesmo porque o pesquisador tem que observar rigorosamente as regras e as normas de elaboração do seu texto somado ao fato de que ele precisa atender satisfatoriamente às expectativas do seu Orientador. Essas condições gerais esclarecem que há uma trilha moral que conduz a elaboração de uma pesquisa universitária. Exatamente de uma trilha moral que pretendemos analisar nesta obra: a moral na explicação de Aurelius Augustinus Hipponensis, o teórico de todas as igrejas, o Doutor da igreja, o príncipe da Igreja Católica: o Santo Agostinho!

Algumas coisas precisam estar no entendimento do leitor interessado nessas linhas:

1ª) Este trabalho não é um tratado sobre a moral. Na verdade, é o resultado de algumas leituras dos registros literário-teológico-filosóficos particulares do Bispo de Hipona.

2ª) Este trabalho não objetiva responder as perguntas sobre o problema do mal no mundo. O que se busca é o entendimento agostiniano acerca da questão.

3ª) Este trabalho não é um esclarecimento inédito da abordagem agostiniana sobre a moral e o problema do mal, mas é mais uma tentativa de compreensão da abordagem do santo hiponense. Para se tentar compreender especificamente essa abordagem, leremos o que disseram alguns comentadores sobre suas interpretações do legado escriturístico de um dos intelectuais mais férteis da igreja cristã.

Aurelius Augustinus Hipponensis (Aurélio Agostinho de Hipona) frequentou a seita de Mani durante um período de sua vida. A doutrina maniqueísta ensinava que o mal era ontológico, mas Agostinho estava insatisfeito com essa doutrina aparentemente simplista que deixava lacunas no entendimento sobre a origem do mal, sobre o porquê de os seres humanos praticarem o mal e sobre o porquê de Deus não o impedir.

O senso comum aceitava que Deus é puramente bom e criou todas as coisas boas. O ser humano foi feito para ser feliz, mas a desobediência e o erro alteraram todo esse panorama. A razão de Aurélio Agostinho tinha dificuldade em aceitar esse ensino e ele iniciou um caminho em busca de uma verdade que lhe satisfizesse todas as indagações. Ele saiu da seita dos maniqueus e se tornou opositor das doutrinas dela.

Curiosamente, esse problema ainda é atual e houvemos por bem retomar as reflexões de Agostinho para entender até onde ele chegou. Todavia, antecipamos que a conclusão agostiniana satisfaz a busca filosófica até certo ponto, entretanto, não produziu a mesma satisfação teológica.

Pretende-se “garimpar” em cinco títulos clássicos da pena de Aurélio Agostinho a moral conforme o posicionamento oficial da igreja cristã do alvorecer do século V. Como instituição milenar guardiã das tradições conservadoras dos bons costumes formadores da cultura ocidental, a igreja cristã procura preservar muito do que foi aceito como dogma certo no início da era cristã. Então, o que foi interpretado como certo no Concílio de Niceia (325 d.C.) sobre pontos polêmicos ainda vige na época atual.

Santo Agostinho foi o grande pensador da igreja do final da Idade Antiga. Prova disso são as quase 100 publicações que ele escreveu (sendo específico, foram 93 tratados, em 232 livros, mais 500 sermões e 217 cartas). Essas publicações surgiram a partir das demandas dogmáticas divergentes do seu tempo. Mas as questões perturbadoras daquela época também perturbam nossa geração que testemunha as más práticas e a inversão de valores em todas as camadas sociais. Por isso, parece pertinente tentar entender o que o Bispo de Hipona ensinou sobre o problema do mal.

Nosso escopo quiçá será atingido com a leitura direta das obras agostinianas citadas na Referência Bibliográfica e com a interpretação exposta por alguns comentadores. Envidaremos todo o esforço necessário para lograr êxito na nossa tentativa de compreender, elucidar e disseminar a abordagem de Santo Agostinho sobre a moral e o problema do mal. Se conseguirmos, o mérito será das sábias orientações do abnegado Orientador e da inteligência do leitor. Se não

conseguirmos, a responsabilidade é toda da limitação acadêmica do orientando. Todavia, nossa esperança é que o Bem sempre vence o Mal.

1.2. JUSTIFICATIVA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso vai ao encontro de um tema antigo que ainda inquieta o ser humano de nosso tempo. Trata-se de um revisionismo de uma filosofia que nos é cara, mas não será absolutamente uma compilação dos pensadores especialistas na questão a que nos propusemos investigar, como também não será uma repetição dos diversos tópicos interpretativos. Nosso trabalho terá uma escrita pessoal – mesmo que modesta – buscando se destacar nessa era tecnológica marcada pelo materialismo consumista indo ao encontro dos anelos mais abissais da criatura humana. A sociedade moderna acelerou os mecanismos de produção, as pessoas têm mais acesso ao conforto e as leis de mercado ampliaram a oferta com a consequente redução da procura. Apesar de tudo isso, a humanidade atual experimenta as mesmas angústias que há milênios passados. As ciências antigas e as ciências novas percorrem caminhos paralelos juntas para mitigarem as angústias que atormentam o pensamento humano desde sempre.

O estudo da temática em pauta é relevante porque a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Arqueologia, a Teologia e outras áreas do saber humano concordam que a criatura humana ainda está à procura de respostas. A tecnologia e a medicina têm amainado o incômodo e o sofrimento físicos, entretanto a *psique* (grego *ψυχή*, a parte imaterial do ser) não encontrou ainda sua satisfação. O autor dessas linhas convida a sociedade pensante que transita nos corredores dessa academia, esse templo consagrado ao saber, os quais estão inconformados com as desigualdades sócio-econômico-político-educacionais que grassam no cenário brasileiro, à reflexão ativa da mudança positiva do nosso contexto panorâmico.

Este Trabalho de Conclusão de Curso é importante para o abandono da teorização contemplativa estéril ao mesmo tempo que se fundamenta nas conclusões filosóficas do homem que, mesmo sem saber, mesmo despretensiosamente, teve uma produção intelectual que inspirou a transformação da história há mais de quinze séculos e ainda pode inspirar a transformação da nossa geração ao semear em nós um caráter suficientemente forte para trabalhar pelo Bem a ponto de nos

sacrificarmos por um objetivo nobilíssimo o qual deixaremos como legado às gerações dos milênios futuros. Espera-se, com isso, contribuir para que, quando a comunidade acadêmica reouver seu papel discipulador e transformador da sociedade, utilize bem os ensinamentos de Aurelius Augustinus Hipponensis (Aurélio Agostinho de Hipona) – o homem que, sem ter cabal consciência, foi um dos importantes formadores da cultura ocidental – para identificar a presença do Mal e os vícios deletérios para, então, disseminar e promover o Bem em todas as conjunturas sociais.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Investigar a filosofia de Santo Agostinho sobre a moral e o problema do mal no mundo.

1.3.2. Objetivos específicos

- Aprender a filosofia agostiniana sobre a moral cristã.
- Refletir a filosofia agostiniana sobre o mal no indivíduo.
- Entender a filosofia agostiniana sobre o reflexo do mal na sociedade.
- Trazer a filosofia agostiniana para o contexto atual.

1.4. Estrutura do trabalho

Aurelius Augustinus Hipponensis (Aurélio Agostinho de Hipona), em seu *O livre-arbítrio*, tratou da liberdade de pensar, de julgar, de decidir e de agir originárias do ser humano, como um grande dom de Deus. Entretanto, o uso equivocado do dom da liberdade foi a fonte da desobediência humana e a origem do mal moral. Precisava-se entender que o ser humano tinha responsabilidade por seus atos livres, os quais teriam uma punição prescrita para a desobediência e para o erro, quer fossem dolosos ou culposos. As *Retratações* agostinianas voltaram a considerar a causa do mal, enquanto que *A cidade de Deus* argumentou sobre a operação do mal. Na obra *Solilóquios*, considerada como prelúdio das *Confissões*, Agostinho fez um monólogo no qual extravasou o que ia em sua consciência acerca do que era considerado como verdade em contraposição com a falsidade, a mentira e o ardil. Nas *Confissões*, livro que é conhecido por alguns

como “*a busca da verdade*”, Agostinho se convenceu de que o mal não é uma substância e elucubrou longamente sobre a origem do mal até concluir que o mal é a perversão da vontade.

Battista Mondin, no livro que ele intitulou de *Curso de filosofia*, o qual é uma síntese da história da filosofia que vai dos Jônios (século VII a.C.) até o racionalismo científico (primeira metade do século XX d.C.), declarou que Aurélio Agostinho de Hipona teve um trabalho intelectual longo até à conclusão contrária ao dualismo maniqueu da existência de duas substâncias (o Bem e o Mal) porque essa doutrina atribuiria a Deus a causa da existência do mal na humanidade. Em sua piedade, Agostinho rejeitou qualquer filosofia que levasse à compreensão da participação divina no problema do mal.

Battista Mondin antecipou o resultado do pensamento agostiniano de que a causa do mal é a própria criatura humana. A sequência entendida a partir da leitura é que o ser humano causa o mal; o mal causa a culpa; a culpa causa o sofrimento; e tudo isso volta para o ser humano. Os objetos, a matéria e os fenômenos em si não são bons nem maus, mas dependem de como o ser humano, em sua liberdade, utiliza-se deles ou para o bem superior da moral ou para o bem inferior dos interesses particulares e egoísticos. Quando o ser humano opta exclusivamente pela satisfação de sua própria vontade e se rende às suas paixões é que ele peca, na visão de Battista Mondin. Depois, Mondin fez uma breve análise, fundamentado na ótica de Agostinho, se o universo seria melhor sem o mal e se o mal é necessário à perfeição.

Gillian R. Evans (1995: p. 14) expressou uma interpretação alinhada com o que escrevemos de Mondin no parágrafo anterior. As orações seguintes são da autoria dela: “(...) *que Deus é bom e autor de todas as coisas; que o homem é a causa de todos os seus embaraços; que estes embaraços constituem uma ilusão; que o mal, em outros termos, não passa de aparência enganosa.*”. Gillian Evans desenvolveu a reflexão interpretativa de Agostinho de que o mal é criação da criatura humana quando esta criatura abusa da vontade livre. Esse esclarecimento conduz ao raciocínio de que o mal procede do mau uso da vontade livre.

Étienne Gilson fez uma leitura quase literal de Aurélio Agostinho de Hipona em sua *Introdução ao estudo de Santo Agostinho* quando interpreta o mal como privação (ausência) do

Bem ao demonstrar a filosofia agostiniana. Todas as coisas criadas são boas quando cumprem o propósito da felicidade (beatitude) universal dentro do propósito particular da vocação de cada uma. Étienne faz entender o mal geral como o não cumprimento do propósito universal e acrescentou a concepção do mal voluntário – que é o escopo que se pretende atingir com este trabalho. Afinal, o mal voluntário é a razão do mal no mundo.

O mal geral é conhecido como o mal natural; o mal voluntário, como o mal moral. Étienne Gilson (2006: p. 275) classificou a entropia do cosmos com a seguinte oração: “*O universo é o teatro das destruições contínuas (...)*”. O mal presente na natureza é uma alteração da ordem – conceito que parece de simples entendimento, o que solucionaria definitiva e rapidamente essa questão. Porém, o mal moral é de tão grande complexidade que tem a compreensão dificultada. Se não, vejamos: Deus deu ao ser humano o dom do livre-arbítrio e o da vontade própria. Todas as coisas são boas porque se originaram no Supremo Bem. Mesmo a vontade humana é boa se estiver enquadrada no objetivo de realizar a felicidade universal. Étienne Gilson explicou que a filosofia de Agostinho demonstrava que a criatura humana poderia usar o dom do livre-arbítrio para se privar do bem-servir ao propósito maior, que é o bem superior da moral. Grosso modo, quando a criatura humana se desvia do seu objetivo, torna-se infeliz e reproduz a infelicidade ao seu redor. Esse estado de desordem, de perda do propósito original, é o que Étienne Gilson chamou de pecado, isto é, em outras palavras, trata-se da “*aversão ao Soberano Bem e conversão aos bens secundários*”, é “*uma ausência de amor por Deus*” (*Ibidem*: p. 278-9).

Concluindo, a percepção de Aurélio Agostinho de Hipona sobre o problema do mal no mundo não se limitou à mera questão de dogmas de fé, ou de tópicos teológicos, mas foi um sistema filosófico arrojado que antecipou muitas áreas do saber humano que foram descobertas séculos mais tarde. A apropriação do conhecimento transmitido por Agostinho tem o efeito de segurança intelectual, apaziguamento emocional, resposta científica honesta e um nomadismo positivo de transformação pessoal e social.

2. PANORAMA DO MAL NAS OBRAS DE AGOSTINHO

2.1. Solilóquios

A obra *Solilóquios* foi escrita em 387 d.C. quando Agostinho estava recluso em Cassiciaco, norte de Milão, Itália. *Solilóquios* é uma inovação formada por aglutinação (justaposição, composição) dos vocábulos latinos **solus** (“sozinho”) e **loquere, loqui** (“falar”), o que dá o sentido de “falar sozinho”; o mesmo que se acha no verbete grego **μονόλογος** (**μόνο**, “só”; **λογος**, “palavra”). Sendo assim, *Solilóquios*, em português, tem o sentido de “monólogo”. Embora haja quem diga diferente:

Solilóquios não é um monólogo. Não é um jogo do fazer de conta que se estaria simulando uma conversa consigo próprio. É, por sua vez, uma nova concepção de diálogo. É a capacidade consciente e lúcida de Agostinho dialogar consigo próprio. Não é, contudo, uma autorreflexão, nem uma alucinação e tampouco um sonho ingênuo. É uma conversa. É um diálogo consigo próprio sobre temas filosóficos. (NODARI, 2009: p. 8)

Em *Solilóquios* é como se houvesse “dois Agostinhos” em que um é o mestre e o outro, discípulo; é Agostinho ensinando a Agostinho; Agostinho indagando a Agostinho; ou seja, ele atua em dois papéis distintos. Nessa obra, Agostinho desenvolveu um “autodiálogo” filosófico. Nas *Retratações*, ele explicou o método:

Na mesma ocasião, escrevi também dois volumes, de acordo com meu desejo e amor por indagar a verdade, sobre o que mais desejava saber, interrogando-me e respondendo-me, como se fôssemos duas pessoas, a razão e eu, apesar de estar sozinho. Por isso, denominei esta obra *Solilóquios* (AGOSTINHO, 2019: p. 29).

A citação abaixo apresenta uma explicação que esclarece aspectos peculiares da publicação:

Agostinho analisou o problema do conhecimento pela primeira vez ao longo destas linhas depois de sua conversão, quando escreveu os *Solilóquios*, o mais solitário dos diálogos de Cassiciaco. Ele explica que fez sozinho sua inquirição, “propondo eu mesmo as questões e eu mesmo respondendo, minha Razão e eu, como se fôssemos dois”. Embora seu assunto nos *Solilóquios* seja o problema do conhecimento, a prece de abertura de Agostinho reflete sua preocupação continuada com o problema do mal e sua solução:

Deus, pelo Qual todas as coisas vieram à existência, que não existiriam por si mesmas... Deus, que criou o mundo do nada... Deus, que não faz nenhum mal, e causa a existência de modo que o mal não possa existir,...que revela a uns poucos... que o mal é nada” (Sol. I, I, 2). (EVANS, 1995: p. 80-1)

Em uma breve conversa inicial com seu “Alter ego”, Agostinho apresentou o método para a construção dessa sua obra. Após, ele fez uma prece na qual declarou “... *o mal só é uma privação do existir*” (AGOSTINHO, [s.d.]: p. 26). Continuando a prece, ele disse: “*Deus, por quem superamos os estímulos e adulações do mal*” (*Ibidem*: p. 27). Assim, Agostinho principiou uma reflexão que se tornou recorrente em seus escritos: a questão do mal na existência e a constatação de que ele é acidental, circunstancial e “uma privação”. O problema foi apresentado, mas não foi explicado com profundidade.

Conquanto haja estudiosos da obra agostiniana que neguem a crença racional de Agostinho no mal ontológico, aparentemente, tem-se uma impressão diferente quando se lê declarações semelhantes a esta: “... *e assim também pode incluir-se o que fazem os demônios, se é que realmente o fazem*” (*Ibidem*: p. 85, grifo nosso). Conclui-se que, dificilmente, um homem de destaque na hierarquia eclesiástica da religião cristã do século IV se posicionaria contrário a um raciocínio comum da natureza da fé. As três citações acima encerram esse assunto em *Soliloquios*. Essa obra foi uma introdução do tema do “mal” o qual será mais bem trabalhado nas outras obras de Agostinho.

A edição de *Agostinho sobre o mal*, da autoria da inglesa Gillian R. Evans, dedicou todo o capítulo IV (*O mal no universo*) para assegurar sobre a existência de uma categoria de seres inferiores baseada nos escritos autorais de Agostinho. São 27 páginas, ao todo, com referências a Satã, anjos maus e demônios. Da maneira como a filósofa escreveu, certifica-se a crença dela de que Agostinho concebia uma ontologia negativa:

Satã aparece à maneira de homem e engana nossos sentidos corpóreos levando-nos a acreditar que é homem, isto é relativamente inofensivo. “Quando o demônio engana com aparências corpóreas, não existe nenhum dano pelo fato de se ludibriarem os olhos, se não há nenhum erro quanto à verdade de fé e compreensão”, explica no *De Genesi ad litteram*. Enquanto Satã se comporta como se fosse bom, e faz coisas próprias de anjo bom, nenhum dano existe em crermos que ele é anjo bom, mas é de vital importância que nos vigiemos das tentativas de Satã em nos levar a seus próprios modos pervertidos de pensar apresentando-nos o mal como se fosse bom. Satã é enganador, ministro do erro. (EVANS, 1995: p. 113)
(...)

Em *A Cidade de Deus*, Agostinho frisa que a natureza de todos os anjos era igual quando foram criados. As propensões dos anjos bons e maus não surgiram de alguma diferença em suas naturezas, mas da diferença na direção em que usaram suas vontades. Os anjos maus diferem dos bons não por natureza, mas por culpa (De Civ. Dei XII, 1). (*Ibidem*: p. 145)

2.2. O livre-arbítrio

Agostinho de Hipona começou a escrever *O livre-arbítrio* em 388 d.C. e terminou em 395 d.C. Sete anos de trabalho dedicados à reflexão seriíssima e à pesquisa intelectual para apresentar uma resposta convincentemente racional acerca da origem do mal moral. Os historiadores dizem que Agostinho vivia em Roma quando deu início à elaboração desse livro. Uma sequência de fatores interrompeu a redação, por isso, só depois de ter regressado a Tagaste, situada na antiga Numídia (atual Argélia), no norte do continente africano, cidade de nascimento de Agostinho, que conseguiu terminar a obra em questão.

Livre das perseguições por ter se tornado religião oficial do Império Romano (em 313 d.C., Constantino permitiu a celebração cristã por meio do Edito de Milão e, em 384 d.C., Teodósio promulgou o Edito de Tessalônica que oficializou o Cristianismo), a Igreja pode pensar em pontos dogmáticos de maneira filosófica. Essa conjuntura possibilitou o surgimento de teorias como o donatismo e o pelagianismo. Fernandes (2022: p. 7) resumiu esses grupos nestes termos: “*Os donatistas foram cismáticos que se rebelaram contra a Igreja de Roma por considerar que ela tinha traído sua pureza e autenticidade original. Os pelagianos foram hereges*”.

O donatismo foi cunhado pelo Bispo Donato de Casa Nigra, da Numídia. O Bispo Donato ensinava que a Igreja tinha errado ao absolver os apóstatas do período da perseguição, tornando-se com isso, na compreensão dele, uma “Igreja de pecadores” em vez de ser uma “Igreja de santos”. Essa postura estabeleceu um cisma. Outra consideração era a doutrina de que Deus Pai seria superior ao Deus Filho (Jesus Cristo) e este seria superior ao Espírito Santo.

O pelagianismo foi defendido pelo frade e monge Pelágio da Bretanha, para quem não havia o chamado “pecado original”, o que traria a consequência da inexistência da corrupção total do gênero humano. Na teologia de Pelágio, o ser humano nasceria inocente quanto à contaminação

do “pecado de Adão”. Pelágio, outrossim, negava a doutrina da graça divina para a salvação da humanidade porque o ser humano poderia conquistar a vida eterna se tivesse uma vida correta. Tudo dependeria de como o livre-arbítrio fosse usado. O que passasse disso seria imaginação piedosa.

Agostinho foi um apologista no combate aos ensinamentos que iam frontalmente de encontro com a doutrina incipiente da Igreja. As redações de seus livros influenciaram (e ainda influenciam) todo o *corpus* dogmático da religião cristã. *O livre-arbítrio* possibilitou uma defesa bem fundamentada para responder os equívocos teológicos do donatismo e do pelagianismo. A reflexão demorada sobre as bases principais das heresias fez Agostinho chegar às conclusões apresentadas nessa obra. Agostinho perscrutou o mal moral, o pecado e a capacidade do livre-arbítrio. Importa atentar que este trabalho não propõe uma detenção nos ensinamentos da seita dos maniqueus, que Agostinho frequentou na juventude, mas não se furtará de tocar nesse ponto quando (e se) necessário, como também do apolinarianismo (Bispo Apolinário, da Laodiceia) e do “erro de Fotino”, ou “falsas crenças de Fotino” (Bispo de Sírmio, atual Sérvia).

O diálogo apresentado n’*O livre-arbítrio* é ficcional, mas o amigo Evódio foi um personagem histórico. Nas *Confissões*, ele foi citado em muitas passagens como agente na biografia de Agostinho (Primeira parte, Livro IX, capítulo 8, item 17, e capítulo 12, item 31, por exemplo). Em *O livre-arbítrio*, o personagem Evódio provocou a reflexão ao indagar se Deus é o autor do mal. A isso, o personagem Agostinho esclareceu que há mal praticado e há mal sofrido. O diálogo ensejou o desenvolvimento da principal obra filosófica agostiniana sobre o tema do mal.

A primeira explicação óbvia foi que existe o mal como consequência das ações más, irresponsáveis e inconsequentes. Em outras palavras, quem age mal, causa sofrimento alheio e sofrerá as consequências das suas ações. O personagem Agostinho explicou que Deus tem nada a ver com a iniciativa da prática do mal, mas estabeleceu regras e normas que responsabilizam cada ser humano pelos próprios atos. Agostinho eliminou a questão do mal sofrido por considerá-lo simples e avisou que se debruçará sobre a questão do mal praticado, ou seja, de quem é autoria do mal?

“*Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação*” (AGOSTINHO, 2015: p. 26). Entrementes, ele não achou tão simples assim, até porque “*as coisas más não se aprendem (...) o mal não se aprende*” (*Ibidem*, p. 26-7). Ninguém precisa ensinar as práticas erradas, porém os seres humanos as praticam. Voltou-se à dúvida inicial: como o mal pode ser praticado se Deus não o criou nem fez o ser humano com uma natureza voltada para sua prática? Evódio ficou ansioso e Agostinho o convidou a aprofundar a reflexão encerrando os dois primeiros capítulos introdutórios da obra.

No capítulo terceiro, precisou-se identificar alguns males para prosseguir o raciocínio. Adultérios, homicídios e sacrilégios foram os iniciais. São práticas socialmente indesejadas, mas são reais. O fato de ter aversão por elas, não exime o praticante dos rigores punitivos. Até o capítulo sexto, Agostinho tentou examinar as motivações para os adultérios e os homicídios sem esgotar o assunto. No desenvolvimento do assunto, Agostinho defendeu que os objetos não são bons nem maus em si mesmos, todavia o uso que se faz deles os tornam bons ou maus (livro I, capítulo 15, item 33). O ser humano usa o julgamento pessoal de acordo com suas conveniências. Tudo depende das escolhas para o bem ou para o mal. Uma vontade boa é a fonte para as escolhas boas. O oposto também é verdade: uma vontade má é fonte para as escolhas más. A atenção aos argumentos arrazoados de Agostinho permitiu que Evódio chegasse à conclusão prévia de que “*o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade*” (*Ibidem*, p. 68). O ser humano é responsável pelo que acontece a si e à sociedade.

Deus fez o gênero humano bom e o dotou de características boas. A liberdade de escolha é um dom bom, no entendimento de Agostinho. Por que um dom bom é usado para o próprio mal ou para malefício da sociedade? Agostinho ensinou que a vontade livre é um favor que precisa ser mantido como garantia de que os seres humanos agem bem (ou mal) por opção. Se a natureza humana fosse condicionada somente à prática do bem, isso provaria uma escravidão metafísica e o isentaria de qualquer mérito ou honra. Agostinho afirmou peremptoriamente;

Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus. (*Ibidem*: p. 75)

A criatura humana é dotada de liberdade de pensar, liberdade de julgar, liberdade de decidir e liberdade de agir, características de um ser racional e moral que, infelizmente, tem-nas usado de formas equivocadas para a desobediência de condutas na ética, na solidariedade, na filantropia, na prática humanitária e na conduta social pelo bem coletivo. A liberdade usada de maneira culposa e dolosa tem tido consequências nefastas. O ser humano tem responsabilidade pelo uso de sua liberdade e como ele se utiliza dela terá a consequência do benefício ou do sofrimento tanto para si mesmo como para os que lhe estão próximos (familiares, amigos), como para os que serão diretamente afetados (empregados, subordinados), como também para os que possuem relação indireta (sociedade e população geral).

A percepção de Agostinho apontava que o ser humano é absolutamente responsável pelas escolhas que faz. O conhecimento de seu domínio fazia-o entender que a vontade livre “*é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusem desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós*” (*Ibidem*: p. 136). O ser humano é responsável por agir com egoísmo, orgulho, cobiça, ganância, hedonismo *etc.* O mal não seria causado por agentes externos, mas por motivações internas do próprio ser humano. De acordo com o pensamento de Agostinho em *O livre-arbítrio*, todas as desgraças e misérias agidas e sofridas pelos seres humanos não são criadas por Deus nem pelo diabo, mas consequências das próprias más escolhas ou de terceiros.

Agostinho não eximiu o ser humano da responsabilidade dos próprios atos nem do rigor punitivo da justiça inerente à vida, no entanto, ele admitiu a existência ontológica do demônio (Livro III, capítulo 10, item 29, p. 183-4; item 31, p. 185-6). Ele advertiu aos leitores que “*o demônio é o príncipe deste mundo (...) ele é o chefe de todos os pecados e senhor da morte*” (*Ibidem*: p. 184). Depois, Agostinho apresentou o seguinte alerta: “*Para aqueles, porém, a quem o demônio tiver persuadido de perseverar na infidelidade, com direito ele os terá como companheiros na danação eterna*” (*Ibidem*: p. 186). (Páginas mais à frente, voltar-se-á ao tema dos demônios e espírito das trevas.) Grosso modo, Agostinho admitiu que haja um ser maligno que persuade os seres humanos às ações deletérias (isto é, não há quem escape incólume da má influência de tal entidade), entretentes é por vontade livre e espontânea que alguém aceita a persuasão, mantendo a indesculpabilidade e a imputabilidade humanas.

A investigação racional levou Agostinho descobrir a solução que “*é a vontade desregrada a causa de todos os males*” (*Ibidem*: p. 206). A vontade desregrada, a paixão desmedida, o desejo incontrolável de haveres e prazeres, acontecem porque o ser humano é orgulhoso e invejoso:

Foi esse o pecado do demônio que acrescentou a inveja, a mais odiosa, até persuadir ao homem esse mesmo orgulho, em razão do qual ele tinha consciência de ter sido condenado. Mas aconteceu que a punição infligida ao homem foi destinada a corrigi-lo, mais do que a dar ao mesmo homem a morte. (*Ibidem*: p. 240)

2.3. De Magistro

Essa obra (*O Mestre*) veio a público em 389 d.C., ano da morte de Adeodato, filho natural de Agostinho, que é o personagem do diálogo em foco. Em suas *Confissões*, Agostinho se referiu ao filho e a essa obra assim:

(...) Adeodato, filho do meu pecado, a quem tinhas dotado de grandes qualidades. Com quinze anos, superava em talento muitas pessoas maduras e eruditas. (...) Escrevi um livro intitulado *O mestre*, no qual meu filho conversa comigo. Tu bem o sabes, todos os pensamentos aí manifestados por meu interlocutor são realmente dele, então com dezesseis anos. Nele encontrei muitas outras qualidades, ainda mais extraordinárias. (...) Cedo o levaste desta terra; e com a recordação dele sinto maior segurança do que a teria com a sua vida. Nada mais devo temer por sua infância, nem por sua adolescência ou puberdade. (AGOSTINHO, 1984: p. 242-3)

A trama em *De Magistro* se desenrola com os debatedores Agostinho e Adeodato analisando os vocábulos da oração latina **Si nihil ex tanta superis placet urbe relinqui** (“Se nada aos deuses agrada que fique de tão grande cidade”), a linha 659 de um verso do livro II, da *Eneida*, de Virgílio (Públio Virgílio Maro, 70 a.C. – 19 a.C.). Eles queriam com esse exercício era

(...) ver o que significava cada palavra, e eles descobrem especial dificuldade no caso da palavra *nihil*, que, paradoxalmente, deve significar alguma coisa porque todas as palavras significam alguma coisa, enquanto ao mesmo tempo deve significar “nada” porque é este o sentido da palavra *nihil*. Ele pede a Adeodato que resuma sua discussão para que fique claro que fundamentos puseram (*De Mag. VIII, 21*). (EVANS, 1995: p. 87)

Nihil (“nada”) é vocábulo classificado como pronome indefinido em sua função sintática. Esse vocábulo mereceu a atenção reflexiva de Agostinho por sua relação intrínseca com a definição para o mal. Sobre esse ponto, outrossim, pode-se dizer que

(...) Agostinho no *De magistro*, segundo o qual “todo nome finito significa algo” (*omne nomen finitum aliquid significat, ut homo, lapis, lignum*). Parecia impossível haver uma palavra para “nada” a não ser que fosse realmente “algo”. Agostinho e Adeodato discutiram uma linha de Virgílio palavra por palavra, para ver se isso se mantinha verdadeiro; a linha continha a palavra “nada” e se viram envolvidos em dificuldades. Agostinho deixa o assunto no ar, à espera da atenção destes lógicos posteriores. (*Ibidem*: p. 254)

Nas *Retratações*, Agostinho fez referência ao *De Magistro*: “(...) escrevi um livro intitulado *O mestre, no qual se discute, se investiga e se descobre que não há um mestre que ensine a ciência ao homem, a não ser Deus (...)*” (AGOSTINHO, 2019: p. 58).

2.4. Confissões

Confissões foi escrito entre os anos de 397 d.C. e 398 d.C. (há quem coloque entre os anos de 400 d.C. e 401 d.C.). O livro é mais que autobiográfico porque possui também autoanálise psicológica e interpretações dos capítulos de Gênesis que tratam da criação. Estudiosos dessa obra garantem que Agostinho descreveu que o uso equivocado do livre-arbítrio fez o indivíduo subjugar a alma à regência do corpo, encerrando-a na cobiça de bens materiais, no anelo de prazeres sensuais e na ignorância. Outros estudiosos enxergaram em *Confissões* a revelação de que o platonismo ajudou Agostinho no arazoamento da prática do mal entre a humanidade. O mal passou a ser percebido como ausência do bem, ato insuficiente da vontade, escolha corrupta, privação do ser e carência.

Agostinho apresentou seu raciocínio acerca da ação de furtar no II Livro das *Confissões*, capítulo 4. Um depoimento em que ele analisou seu desvio de conduta pode levar o leitor à conclusão de que há crimes que são praticados por índole, mesmo que o criminoso os condenem, por causa da “*lei inscrita no coração humano*” (AGOSTINHO, 1984: p. 51). O exemplo do furto serve para outras ações más. Agostinho assumiu seu erro com a seguinte descrição:

Nem mesmo um ladrão tolera ser roubado, ainda que seja rico e o outro cometa o furto obrigado pela miséria. E eu quis roubar, e o fiz, não por necessidade, mas por falta de justiça e aversão a ela por excesso de maldade. Roubei de fato coisas que já possuía em abundância e da melhor qualidade; e não para desfrutar do que roubava, mas pelo gosto de roubar, pelo pecado em si. (...) Nosso prazer era apenas praticar o que era proibido. (...) praticar o mal sem outro motivo que não a própria maldade. Era asquerosa e eu gostava dela. Gostava de arruinar-me, gostava de destruir-me; amava, não o objeto que me arrastava ao nada, mas o aniquilamento em si. (*Ibidem*)

A causa para os crimes do roubo e do homicídio foi analisada em sequência:

As honras do mundo, o poder de comandar e dominar têm sua sedução, e deles nasce o desejo de vingança.(...)
Alguém matou um homem: por que o terá feito? Cobiçava a mulher do assassinado, ou a sua propriedade, ou procurava roubá-lo para viver, ou porque temia ser privado de algum bem, ou, talvez, ardesse no desejo de vingar uma ofensa. Haverá alguém que tenha

assassinado sem motivo, só pelo prazer de matar? Quem acreditaria nisso? (...) Evidentemente para alcançar o poder, honras e riquezas com a prática do crime (...) nem mesmo Catilina amou os seus crimes, mas a causa pela qual os cometia. (*Ibidem*: p. 52-3)

Outra causa para a má conduta moral é a influência das más companhias. Pusilânimes amiúde cedem à pressão da súcia. Um sistema corrompido corrompe os integrantes. Por cinco vezes, Agostinho declarou que não roubaria se estivesse sozinho. Se não, vejamos:

(...) sozinho não o teria feito absolutamente. Portanto, amei também no furto a companhia daqueles com quem o cometi; daí não ser verdade ter amado apenas o furto em si. Não, não amei mais nada, pois a cumplicidade não é mais um nada.

(...) estávamos enganando os que não esperavam de nós semelhante ato e muito o detestariam. Por que eu me divertia ainda mais por não praticá-lo sozinho? Talvez porque seja mais difícil rir sozinho? Sim, é mais difícil.

(...) sozinho eu não teria praticado tal ação; absolutamente, não o faria!

Sozinho, eu não cometeria aquele furto, no qual não me comprazia na coisa que eu roubava, mas no ato de roubar; sozinho, não me teria atraído a ideia de roubar, nem sequer teria roubado. (*Ibidem*: p. 57-8)

Dizem que “*caráter é aquilo que você é quando ninguém está olhando*”. No caso apresentado por Agostinho, parece que a preocupação que povoava seu pensamento era “*é que eu tenho que manter a minha fama de mau*”. Nessa época, ele contava com 16 anos de idade. Nessa fase, os adolescentes querem afirmar personalidade, ser aceitos pelo grupo e marcar admiração em seus pares. A Psicologia não era uma ciência no contexto histórico de Agostinho; se fosse, quiçá ele compreenderia a aventura de puberdade como ação inconsequente, sem maiores danos e da qual a quase totalidade se recupera na fase adulta. Entretanto, não obstante isso, a realidade da conjuntura social de Agostinho foi caracterizada por uma forte religiosidade crescente, mormente no recesso familiar. Por isso, a leitura que ele fez da conduta de sua adolescência está expressada no parágrafo que fecha esse II Livro:

Oh! Amizade tão inimiga! Oh, sedução misteriosa da mente, vontade de fazer o mal por brincadeira ou diversão, gracejo, prazer de lesar os outros sem vantagem pessoal ou sede de vingança! Basta que alguém diga: “Vamos! Mãos à obra!” E temos vergonha de não ser despidos. (*Ibidem*: p. 58)

Agostinho narrou a situação de jovem estudante em Cartago, na Tunísia, onde ele leu *O Hortênsio*, de Cícero (Marco Túlio Cícero, 106 a.C. – 43 a.C.), despertou o interesse pela leitura da Bíblia e entrou para a seita dos maniqueus. Nesse tempo, ele reconheceu que “*eu imaginava o mal, não só como substância corpórea, pois não sabia conceber um espírito, mas também como um corpo sutil que se difunde no espaço*” (*Ibidem*: p. 130). As pesquisas, os estudos e as meditações racionais fizeram-no continuar as leituras filosóficas, as leituras bíblicas e abandonar os sequazes

maniqueus até declarar o que contém o III Livro das *Confissões*, no capítulo 7, de que, à época, “*eu não sabia que o mal é apenas privação do bem, privação esta que chega ao nada absoluto*” (*Ibidem*: p. 71). Ele escreveu na página 104 que “*o mal não é substância*”, corrigindo o julgamento inicial.

Agostinho “*não tinha, no entanto, ideia clara e nítida da causa do mal*” (*Ibidem*: p. 172), mas insistia, persistia, resistia, nunca desistia da sua (agora) busca tranquila:

Esforçava-me por compreender o significado do que ouvia dizer sobre a livre determinação da vontade, como causa do mal que praticamos, e o teu reto juízo como motivo de sofrermos esse mal. (...) Como explicar que a minha vontade tenda para o mal e não para o bem? (...) Se foi o diabo, de onde vem ele? Se também ele se tornou diabo por sua própria vontade perversa, ele que era um anjo bom inteiramente criado por um Deus de bondade, de onde lhe veio essa vontade má que o tornou diabo? (*Ibidem*: p. 173)

A aceitação da resposta estava sendo inculcada paulatinamente. No VII Livro, Agostinho chegou a dizer “*(...) onde está o mal, isto é, de onde provém a própria corrupção*” para chegar a entender que “*Eu pesquisava mal a origem do mal, e não enxergava o mal que havia na própria busca*” (*Ibidem*: p. 174). A seguir, novamente, ele se questionava com lucidez, lógica e propriedade:

Mas então onde está o mal, de onde veio e como conseguiu penetrar? Qual a sua raiz, qual a sua semente? Ou talvez não exista? Por que tememos então e evitamos o que não existe? Se tememos o mal sem motivo algum, é esse temor um mal, enquanto sem motivo nos perturba o coração, e tanto mais grave quanto nada há que temer. Portanto, ou o mal que tememos existe, ou o próprio fato de temê-lo é um mal. Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? (...) De onde então vem o mal?

As perguntas foram muito elaboradas e a argumentação parte de premissas coerentes. Agostinho revelou que raciocinava obcecadamente sobre o tema: “*Eu, porém, continuava a procurar a origem do mal, e não encontrava resposta (...) eu, porém, estava ansioso para conhecer a origem do mal. Que sofrimento para o meu coração!*” (*Ibidem*: p. 180). Parece que Agostinho decidiu elaborar um sistema filosófico que elucidasse absolutamente o problema do mal partindo de premissas simples. Ele argumentou que tudo que existe é bom porque todas as coisas criadas por Deus são boas, não obstante se corromperem (apodrecerem, estragarem, enferrujarem, envelhecerem, perderem a utilidade, quebrarem, rasgarem etc.). “*A corrupção de fato é um mal*” (*Ibidem*: p. 187) e “*todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas*” (*Ibidem*: p. 188). Uma coisa não anula a outra; o que levou Agostinho a seguinte conclusão:

E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância. Porque, se o fosse, seria um bem. Na verdade, ou seria substância incorruptível, e portanto um grande bem; ou seria substância corruptível, e então, se não fosse boa, não se poderia corromper. (*Ibidem*; p. 188)

O assunto abordado no parágrafo anterior se referia à deterioração na matéria, no objeto. Quanto à deterioração moral, Agostinho ratificou: “*compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade*” (*Ibidem*; p. 191). Toda essa verbosidade não foi ocasião de negar um mal ontológico, antes, Agostinho afirmou a presença desse ente ora em locuções eufêmicas - “*Fomos entregues com justiça ao pecador antigo, ao príncipe da morte*” (*Ibidem*: p. 197) -, ora em vocábulos diretos como demônios, espíritos diabólicos *etc.* Pode-se considerar que, não obstante Agostinho não estava se referindo ao mal ontológico no VII Livro, todavia ele estava corroborando a tese da responsabilidade humana pelos seus atos. Pode-se considerar além disso que Agostinho estava estimulando que a vontade humana tinha que ser originada a partir de um pensamento depurado, o qual não é possível a menos que o ser humano cultive um âmago bom.

Agostinho levou seus leitores a reconhecerem que cada qual pratica o mal por iniciativa própria e que o demônio não impõe a ninguém às más ações. Seria possível a cada pessoa deliberar não praticar o mal? Os pelagianos acreditaram que sim, porém Agostinho apresentou uma teoria psicológica de que ninguém escapa incólume: “*Da vontade pervertida nasce a paixão; servindo à paixão, adquire-se o hábito, e, não resistindo ao hábito, cria-se a necessidade*” (*Ibidem*: p. 210). 1.500 anos antes de Freud apresentar suas teorias psicanalíticas, Agostinho já ensinava sobre as determinações do inconsciente. Pela reflexão racional, Agostinho percebeu que a malignidade está incrustada na natureza humana. É uma patologia generalizada que evoluiu em fases vindo a tornar-se uma necessidade. Todos foram contagiados; todos precisam de tratamento. Não basta somente ter boa vontade para evitar o mal.

A alma comanda o corpo, e este lhe obedece imediatamente; comanda-se a si mesma, e esta resiste. A alma ordena que a mão se mova, e a obediência é tão fácil que mal se distingue a ordem da execução. No entanto, a alma é espírito, e a mão é matéria. A alma ordena que a alma queira; e, ainda que se trate da mesma alma, ela não obedece. Qual a origem dessa monstruosidade, e qual a sua razão? A alma ordena o querer; não ordenaria se não o quisesse; no entanto, não executa aquilo que ela mesma ordena. Mas como ela não quer totalmente, também não ordena totalmente. Ela ordena na proporção do querer. E não é executado o que ela ordena, enquanto ela mesma não o quer, pois a vontade é que ordena para que ela mesma seja realmente vontade, e não outra. De fato, não é vontade plena que ordena, por isso ela não é o que ela mesma ordena. Se a vontade fosse plena, não ordenaria que fosse vontade, pois ela já o seria. Portanto, não é um absurdo querer em

parte, e em parte não querer. É antes uma **doença da alma**, porque, embora sustentada pela verdade, a alma não consegue erguer-se totalmente, por estar abatida pelo peso do **hábito**. Trata-se, portanto de duas vontades, mas nenhuma é completa: o que existe numa, falta na outra. (*Ibidem*, p. 220, grifos nossos)

Agostinho ofereceu às inteligências de todos os tempos argumentos consistentes para as pessoas más receberem a merecida punição de seus atos maus. As pessoas más causam sofrimentos nos outros, mas aumentam os sofrimentos para si mesmas. Foi esclarecido também por força de argumentos bem formulados que as pessoas boas sofrem por causa dos praticantes do mal que lhes impõem, muitas vezes, circunstâncias adversas e indesejáveis. Destarte, o indivíduo mau traz sofrimentos para si tanto quanto causa sofrimentos nos outros.

2.5. A cidade de Deus

A cidade de Deus levou um tempo consideravelmente longo para ser escrito: 15 anos (de 412 a 427 d.C.). O livro tinha o propósito de defender o Cristianismo das acusações de ser a causa da invasão e do saque sofridos por Roma por parte de Alarico I, o Calvo, rei dos visigodos, em 25 de agosto de 410 d.C. Nas *Retratações*, ratificando a descrição anterior, Agostinho se referiu a esse livro exatamente nos termos abaixo:

Neste ínterim, Roma foi arrasada pela invasão dos godos, comandados por Alarico, e pela violência de uma grande calamidade. Os adoradores dos falsos e muitos deuses, que denominamos pelo nome mais vulgar de pagãos, empenhando-se em atribuir o fato à religião cristã, começaram a blasfemar violenta e rancorosamente contra o Deus verdadeiro. Por isso, inflamado pelo zelo pela casa de Deus, decidi escrever os livros de *A cidade de Deus* contra suas blasfêmias e erros. Fiquei entregue à elaboração dessa obra durante alguns anos, pois muitas outras questões apareciam, as quais não convinha adiar, e reclamavam que fossem resolvidas antes. Finalmente, essa obra extensa de vinte e dois livros ficou terminada. (AGOSTINHO, 2019: p. 159-60)

A cidade de Deus tem caráter apologético, todavia não se furta de filosofar sobre a realidade do mal na história. As consequências deletérias da invasão visigoda foram sentidas mesmo nas plagas mais ermas como a província romana de Hipona, no norte da África. Na Parte 1, até o Livro Quarto, há menções repetidas de espíritos imundos, espíritos impuros, espíritos malignos, espíritos perversos, espíritos infernais, demônios *etc*, que demonstram a crença de Agostinho em entes voltados para o mal que influenciaram na decadência do império romano. No Livro Quinto, entretanto, na construção dos argumentos racionais para isenção da responsabilidade

do Cristianismo, Agostinho precisou apresentar aos seus leitores o tema do livre-arbítrio da vontade.

Agostinho demonstrou racionalmente que o acaso accidental, a sorte ocasional, a mágica proveniente dos elementos da natureza, a fatalidade predestinada, não determinam a vida de qualquer ser humano. Cada um receberá as consequências das próprias escolhas sobre o que decidiu para si ou para os outros, assim também cada um será atingido pelas escolhas daqueles que passam pelas suas vidas em algum momento, quer consciente quer inconscientemente, quer voluntária quer involuntariamente. Agostinho contrariou o ensino de Cícero de que *“tudo quanto se faz é obra do destino”* com a defesa de que *“Se assim é, nada está em nosso poder e não existe arbítrio da vontade. Se concordamos com isso, acrescenta, cai por terra toda a vida humana. Em vão se fazem leis, em vão se recorre a repreensões, louvores, vitupérios e exortações”* (AGOSTINHO, 2019: p. 259).

3. AS CATEGORIAS AGOSTINIANAS DE MAL

Agostinho não se preocupou em conceituar o que é o mal. Hipoteticamente, quiçá por perceber a realidade óbvia e a diversidade infinita de sua manifestação. O mal é um tema complexo porque tem implicações jurídicas quanto a aspectos morais de ordem social (como por exemplo: corrupção política, tráfico de drogas, assassinato, estupro, furto, roubo, guerra *etc.*) e de ordem individual (como por exemplo: desonestidade, inimizade, traição *etc.*). Outrossim, há implicações psicológicas (como por exemplo: complexos, traumas, fobias, transtornos, depressão, inseguranças, falha de caráter, psicopatia *etc.*) e implicações de saúde corporal (como por exemplo: doença congênita, má-formação, cancro terminal *etc.*). Para não apresentar uma relação longa, pode-se citar o mal ocasional (um acidente fatal, uma morte súbita, perda de bens apesar da boa administração particular *etc.*) e o mal causado pelos elementos naturais (enchente, abalo sísmico, estiagem, deslizamento de encosta, avalanche *etc.*).

O mal está presente na vida de todos os seres vivos desde sempre. Evidentemente, não eram a esses males a que se referiu Agostinho. Para ele, o mal se dividia em duas categorias: *“habitualmente, tomamos o termo “mal” em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofreu algum mal”* (AGOSTINHO, 2015: p. 25). Uma especialista no pensamento de Agostinho se aventurou em interpretar o que ele achava sobre essa dificuldade partindo em defesa do seguinte pressuposto:

Temos ainda que estabelecer como o mal na vontade pervertida é capaz de atingir a matéria e causar eventos no mundo criado. Para Agostinho, “males naturais” é uma questão de interesse muito subordinado. Ele não os atribuiria a Deus, mas ao homem. Para ele, não existia uma coisa como o “mal natural” (pois este seria ou mal feito por Deus ou mal maniqueu, separado e coigual com o bem – de longe a opção mais aceitável a pensadores do século V). Todo mal nasce da vontade. Platão tem uma explicação que se pode considerar ser também de Agostinho, se devemos aceitar a ideia de que todo mal no universo, também o mal de eventos como um terremoto, que aparentemente não se liga com nada que pode produzir a vontade do homem ou do anjo, pode-se reconduzir em última análise a ato de vontade. (EVANS, 1995: p. 148-9)

Poder-se-ia relacionar exaustivamente cada tipo de mal, mas Agostinho simplificou apenas na dicotomia do fazer e do sofrer. Para Agostinho, o mal teria aspecto teológico, espiritual e metafísico, conquanto se pudesse interpretar que seus desdobramentos sejam concretos. Esse raciocínio de Agostinho foi entendido nos seguintes termos:

Importante, pois, não é o mal que o homem sofre como pena, mas o mal que o homem faz. A ação humana pode ser má ou não. Um ato não é mau por ser proibido. É proibido por ser mau. Cabe ao homem, com o apoio da razão, escolher entre o bem e o mal, isto é, entre a virtude ou o vício. (FERNANDES, 2022: p. 44)

Se o mal não é substância, mas acidente da substância, concerne ao fazer e ao sofrer. O mal acontece antes de tudo como um fazer, mal de culpa, só depois aparece como um sofrer, mal da pena. (*Ibidem*: p. 50)

A filosofia de Agostinho é positiva por ensinar que tudo o que foi criado é originariamente bom. Tudo o que existe, tudo o que vive, tudo o que pensa, tudo é bom. A existência é um bem em si mesma. No dizer de Fernandes (*Ibidem*, p. 49): “*Tudo o que é, enquanto é, é bom*”. No dizer de Agostinho (2015: p. 172): “*quão excelente bem é a existência em si mesma (...) todos os seres, pelo fato de existirem, são, com todo direito, dignos de serem apreciados. Porque, pelo simples fato de existirem, são bons*”. Não sendo criado, o mal seria uma corrupção das coisas criadas, é um acidente extranatural indesejado. O mal se apresenta quando o bem não é apresentado nem utilizado como um bem. As palavras abaixo concordam com essa declaração:

O mal não é substância, mas um acidente da substância. O mal é privação do bem. É corrupção ou da medida ou da forma ou da ordem. Ora, somente o que é e enquanto é, é bom, pode se corromper. O mal não concerne a uma substância imutável, mas a uma substância criada, mutável, contingente, corruptível. Assim, também o mal não é necessário, mas contingente. O bem pode ser sem o mal, mas o mal não pode ser sem o bem. Ademais, o mal tem sua instância própria não no reino do corpo, mas no reino do espírito. Assim, no homem, o mal se consuma propriamente não no corpo, mas na alma pelo pecado. O corpo padece pelo mal na alma. (FERNANDES, 2022: p. 49-50)

Males psicossomáticos (grego **Ψυχή**, “alma”, “mente”, + **Σώμα**, “corpo”) foram analisados por Battista Mondin como culpa e sofrimento. A partir da defesa de que, para Agostinho, “*o mal não pode estar só, não pode subsistir*” (MONDIN, 2002: p. 144), então, o que existe, de fato, é a substância boa que, sendo privada de sua perfeição, resulta no chamado mal. Em tempo: “perfeição” não significa que seja sem defeitos, sem erros, sem falhas, irretocável, irreprovável, irrepreensível *etc.*, mas no sentido etimológico de “completo”, “terminado”, “feito para um propósito”; do latim **perfectum, perficere, per facere** (“feito completo”). Nas palavras de Mondin, “*o mal não é uma realidade positiva, mas uma privação de realidade. Pode-se, pois, definir o mal como privatio boni (privação de [algum] bem)*” (*Ibidem*: p. 144).

As manifestações psicossomáticas da culpa e do sofrimento estão interligadas, segundo Mondin, e têm no ser humano a causa e dele é a responsabilidade. Essas declarações seguiram para

a abordagem da culpa e da liberdade. Diferentemente da percepção de Freud sobre o sentimento de culpa que tem relação com a moral sexual, na percepção de Agostinho a culpa estaria

Em submeter-se a razão humana à paixão, em desobedecer às leis divinas, em afastar-se do bem supremo. Quando um homem se afasta do bem imutável e se volta para um bem particular, inferior, peca, e nisto consiste o mal. Não que as coisas para as quais a vontade se volta, quando peca, sejam más em si mesmas (nenhuma realidade é ontologicamente má); o mal consiste em cair, em voltar as costas (*aversio*, aversão) ao bem superior, ao bem imutável. (*Ibidem*: p. 145)

A culpa teria relação com preceitos religiosos conforme ensinado por Mondin. A interpretação feita da filosofia de Agostinho foi a de que o ser humano é um doente. O emprego do vocábulo “paixão” (*πάθος*, em grego) denota “sofrimento”, “doença”, “afecção”, tendo correspondência com angústia e excesso. Espontânea e livremente, a humanidade se virou para a direção oposta a do Bem. Uma opção de implicações morais. Por isso, Mondin escreveu que a liberdade “*é a condição da moralidade*” (*Ibidem*: p. 145). A culpa teria trazido uma variedade de sofrimentos como, por exemplo, os temores, os desejos, as ansiedades, os tormentos, as frustrações, as fadigas, as cóleras, as vinganças, as ganâncias, as invejas, a desordem em geral, a concupiscência e, por fim, o mal.

4. LUGAR-COMUM NAS PESQUISAS SOBRE O PROBLEMA DO MAL

Pesquisadores sobre o problema do mal, inevitavelmente se debruçam na construção filosófica de Agostinho. Frequentemente, seguem a linha desenvolvida em *O livre-arbítrio*, capítulo por capítulo. O escopo deste Trabalho de Conclusão de Curso não pretende atingir uma abordagem inédita, entretanto almeja manter o foco exclusivamente na questão do mal. O leitor atento deve ter percebido a intencionalidade proposital de evitar explanações religioso-teológicas, provas filosóficas agostinianas da existência de Deus, da graça do livre-arbítrio *etc.* Pretende-se abranger o sentido lato da maior parte daquilo a que se convencionou entender culturalmente como mal.

O Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho: um estudo a partir do De Libero Arbitrio, Dissertação de Mestrado em Filosofia, de Mauriciane Mores Nunes (2009), apresentara um panorama que demonstrou que a observação da descrição contida acima está correta. Nunes recorreu aos detalhes biográficos de Agostinho como forma de estabelecer o percurso que o conduziu ao desenvolvimento desse sistema filosófico. Ela se referiu à educação religiosa doméstica, às primeiras leituras filosóficas, às travessuras de infância e adolescência, às mudanças de cidades, à formação profissional, aos lazeres adultos, à participação na seita maniqueísta, à influência dos neoplatônicos *etc.* Enfim, todo o fluxo vital que o conduziu ao raciocínio do pensamento sobre o mal. A Dissertação de Nunes assemelha-se a outros trabalhos dedicados a este filósofo.

O trabalho feito por Nunes continuou acompanhando a construção agostiniana para pensar o mal. Para tanto, ela precisou apresentar a criação em contraste à tese maniqueísta do Bem e do Mal como dois princípios diversos e adversos, ou dois reinos, dois mundos, duas naturezas. Alguns parágrafos adiante, Nunes adentrou no paradoxo de Agostinho: “*Se Deus é perfeita bondade e onipotência, então o mal não pode existir. Contudo, Agostinho percebia, desde a sua juventude, que o mal era uma realidade muito poderosa*” (*Ibidem*: p. 37). Nunes abordou três inquietações muito parecidas com o trilema paradoxal de Epicuro (341 a.C. – 270 a.C.). Eis sua formulação:

Sendo assim, no que diz respeito à bondade do Criador, ou temos de afirmar que Deus não é completamente bom e, dessa forma, permite o mal, ou afirmá-lo como o autor do mal. Outra alternativa, ainda, seria admitir que Deus não é onipotente e que, por isso, apesar de ser sumamente bom e querer evitar o mal, é impotente para impedi-lo. (*Ibidem*: p. 37)

Ao que parece, houve uma apropriação indébita pela seita dos maniqueus, de acordo com o seguinte registro:

Os maniqueus objetavam, de maneira perfeitamente lógica, que, uma vez que o mal era inegavelmente um fato, resulta que Deus não pode ser onipotente e perfeitamente bom. Ou é perfeitamente bom e incapaz de prevenir ao mal, ou então ele é onipotente e capaz de prevenir ao mal, mas não quer fazê-lo, o que mostraria que ele não é perfeitamente bom. (EVANS, 1995: p. 168)

Esse trilema não foi desenvolvido por Nunes, mas sua proposta seguiu para a síntese de que Agostinho concluiu que o mal é uma deficiência e privação do ser, o que significa que, para ele, o mal não é um ser, o mesmo que dizer que o mal não é uma substância. Nesse sentido, acompanhando de perto a linha condutora do raciocínio de Agostinho, Nunes examinou a possibilidade do mal no nível metafísico-ontológico, no nível físico e no nível moral. Quanto ao primeiro nível, ela declarou a inexistência absoluta de um mal dessa categoria. Para ela, “*o que existe são graus diferentes de ser, uns superiores e outros inferiores*” (*Ibidem*: p. 38).

O mal no nível físico já foi anteriormente mostrado como não sendo substância, uma deficiência e privação. A leitura que Nunes fez quanto às palavras de Agostinho a esse respeito está literalmente na próxima citação. Eis como ela disse:

O mal físico pode advir como consequência das leis da natureza ou em virtude de faltas morais. Tal tipo de mal pode conter em si as doenças ou os castigos e sofrimentos. No caso dos sofrimentos e castigos, estes podem ser consequência do mau uso da nossa vontade livre. Cada ser humano, quando não usa corretamente a sua livre vontade, corre o risco de contrair ou propagar males físicos. (*Ibidem*: p. 40)

Aparentemente, Nunes entendeu que Agostinho enquadrou nesse nível físico desde cataclismos que provocam hecatombes humanas a doenças, desde tragédias coletivas a falências, da pior crueldade inimaginável que se pode sofrer a pequenos aborrecimentos banais. Ou seja, tudo o que preenche os noticiários e os hebdomadários. Por esse nível físico, a entropia do universo é consequência das leis da natureza, portanto, é algo natural.

O nível moral foi chamado por Nunes de “*o único mal que pode ser chamado propriamente de mal*” (*Ibidem*: p. 41). O conceito de mal moral foi apresentado como “*desvio voluntário da liberdade humana*” (*Ibidem*: p. 41). Nunes foi ao encontro da percepção de Agostinho ao responsabilizar o ser humano pelas suas decisões. O ser humano tanto causa sofrimento a si próprio como aos seus semelhantes. A razão ordena a vontade humana na direção

do bem para alcançar a felicidade. Entretanto, o ser humano usa a liberdade para a vontade se inclinar em direção ao mal. Essa ação prende o ser humano no hábito dos vícios, diminuindo a liberdade e afastando-o da felicidade. Nunes entendeu que o mau uso da vontade humana causa a desordem na criação, que é a mesma coisa de chamar de mal.

A parte de interesse para este Trabalho de Conclusão de Curso termina no parágrafo anterior. A Dissertação tem mais de cem páginas à frente abordando outros capítulos, interpretando o *De Libero Arbitrio*, apresentando citações da obra e numerosas notas de rodapé explicativas. Observa-se que Nunes optou pelo lugar-comum de muitos investigadores do problema do mal sob a ótica de Agostinho por ter acompanhado o estilo racional conforme a defesa desenvolvida em cada página do respectivo livro. Observando superficialmente o sumário, tem-se essa impressão pelos assuntos descritos: a razão, a iluminação divina, a memória, a inteligência, a vontade, ciência e sabedoria, a relação entre fé e razão, a meta da teoria do conhecimento agostiniana, a vontade livre e seus atributos, *uti e frui* na filosofia de Agostinho, a busca pela felicidade, o livre-arbítrio da vontade, o mal e o livre-arbítrio, o livre-arbítrio e a responsabilidade do agente moral, a doutrina do pecado original, a presciência divina, conciliação entre livre-arbítrio e presciência divina.

Nunes entendeu que Agostinho ensinou “*que o mal não deve ser imputado a ninguém mais, a não ser ao possuidor do livre-arbítrio*” (*Ibidem*: p. 116), usando literalmente as palavras dela. Esse conceito foi repetido em outras estruturas frasais com a mesma semântica. O ser humano é uma criatura com capacidade racional e com responsabilidade moral. Não há pessoa predestinada, ou determinada, ou programada, ou obrigada, a agir bem ou agir mal, porém, cada um tem que responder pelas próprias ações. Ninguém nunca foi, é, ou será inimputável. É mister multiplicar a educação do ser humano no desenvolvimento da prática do bem. Nunes acentuou nas “Considerações finais” aquilo que os muitos comentários acerca da reflexão sobre o problema do mal tornaram triviais por ter usado para o desfecho a seguinte declaração: “*o homem é um ser racional e dotado de livre-arbítrio, o que o torna o único responsável por suas ações*” (*Ibidem*: p. 144).

Constatemos o lugar-comum em mais três trabalhos dentre os indicados na bibliografia secundária das Referências Bibliográficas. São eles: *O livre-arbítrio e o problema do mal em Santo*

Agostinho (Gracielle Nascimento Coutinho, Argumentos Revista de Filosofia, 2010); *O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho* (Ricardo José Bellei & Délcio Marques Buzinaro, Revista Mirabilia, Jun-Dez 2010) e *O problema do mal em O livre-arbítrio de Agostinho de Hipona* (Lucas da Conceição Sousa, Revista Pandora Brasil, março de 2018). O formato de artigo ensejou que os articulistas primassem pelo laconismo e pela objetividade nas exposições.

Coutinho (*Op. cit.*: 2010) iniciou sua abordagem apresentando o fundamento dogmático do Maniqueísmo o qual fora defenestrado por Agostinho e pelos intelectuais honestos, ou seja, que mal fosse um ser já criado mal em disputa pela humanidade indo de encontro a Deus. Uma compreensão que só aumentava as dúvidas a respeito desse problema. Após, Coutinho estabeleceu comparação entre o Sumo Bem e a origem do mal de acordo com a maneira que Agostinho visualizou o papel deste no jogo da vida. Ela registrou: “*Em suma, o mal é privação ou defecção do bem, das perfeições constitutivas de toda e qualquer natureza, é a ausência de ser (...)*” (*Ibidem*: p. 126). Na mesma página, ela afirmou com toda a garantia de que “*o mal, na concepção agostiniana, não tem existência ontológica, não é, portanto, um princípio de força antagonicamente equiparada ao bem, como supunham os maniqueus*”.

Coutinho repetiu, ao longo do artigo, por diversas vezes, o conceito de mal como privação, corrupção e perversão, não acrescentando detalhe novo ao raciocínio. A análise de Coutinho valorizou a capacidade de decisão livre do ser humano a qual não deve ser anulada nem diminuída, mas deve permanecer sob a vigilância moral. Ela chegou ao ponto de explicar o livre-arbítrio do ser humano como prova de que o ser humano tem a absoluta e exclusiva responsabilidade para o mal na história do mundo, o que a levou declarar aos que leriam seu artigo:

Com efeito, o mal não está nos objetos do querer humano, mas no mau uso que se faz deles mediante a vontade. Sendo causa “deficiente” e não “eficiente” – porque defecção do bem – o mal figura apenas no plano das ações humanas, isto é, da moral. (*Ibidem*: p. 129)

Bellei & Buzinaro, em *O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho*, em artigo de 2010 para a Revista Mirabilia, iniciaram com a declaração que Agostinho via o mal como falta, defecção, perversão, privação do bem, vontade desviada, um nada, um não-ser e não é uma substância. Os autores apresentaram esses conceitos como argumento de que Agostinho defendia a inexistência relacional entre Deus e o mal. Votou-se ao lugar-comum de que “*Do ponto de vista ontológico, o*

mal nada é, mas quando partimos para o lado da análise moral, o mal é o pecado. Tanto isso é verdade que, o único mal que merece apropriadamente este nome é o pecado” (Ibidem: p. 84).

A interpretação da dupla foi ao encontro da leitura de Coutinho quase que literalmente, pois Bellei & Buzinaro concordaram que “*a responsabilidade pela prática do mal moral (pecado) é exclusiva do homem” (Ibidem: p. 85).* Todo discurso descambou na má vontade humana para o bem, ou no estabelecimento equivocado de prioridades. Vontade e prioridades têm conexão direta com o livre-arbítrio da vontade. Entrementes, os comentaristas acusaram que Agostinho deixou uma lacuna na discussão acerca dos males físicos como sofrimentos, doenças e morte. Para eles, Agostinho simplificou com a resposta de serem “*consequências do pecado original” (Ibidem: p. 87).*

Na condução do restante do artigo, Bellei & Buzinaro seguiram o raciocínio expositivo de Agostinho em *O livre-arbítrio* pensando sobre a razão, a verdade, *uti e frui*, analogamente ao que Coutinho apresentou anteriormente. Eles resumiram as provas da existência de Deus segundo Agostinho e as razões da necessidade de o ser humano possuir o livre-arbítrio mesmo que optem pelo mal. O escopo era para que ele escolhesse o bem e vivesse retamente. Recompensa ou punição são resultados justos da escolha livre da vontade. O problema, para eles, não estaria no instrumento, mas no uso voluntarioso que se faz dele, em como ele é empregado.

Uma última apresentação para constatar que o lugar-comum tem sido muito explorado é o artigo publicado em 2018 na Revista Pandora Brasil, de autoria de Lucas da Conceição Sousa. A introdução resumiu todo o desenvolvimento do assunto no parágrafo em destaque abaixo:

Em *O livre-arbítrio*, obra norteadora deste trabalho, o bispo de Hipona apresenta uma explicação original sobre este tema que o inquietou durante toda sua vida. Agostinho concebe e analisa o mal a partir das perspectivas metafísica, física e moral. O mal metafísico é a mera privação do bem. O mal físico, responsável pela dor e pelo sofrimento, é consequência do pecado original. O mal moral está relacionado à liberdade e à responsabilidade do homem que, agindo mal, subverte a lei eterna de Deus. O filósofo de Hipona demonstra racionalmente que Deus, sendo o Sumo Bem, não pode ser o autor do mal. O mal é o nada, o não-ser, a pura privação do bem e sua origem está vinculada à liberdade da vontade humana. Desse modo, a causa da presença do mal no mundo deriva do abuso do livre-arbítrio, dom concedido pelo Criador ao ser humano para que, auxiliado por sua graça, decida-se por Ele, o Sumo Bem. (SOUSA: 2018, p. 103-4)

O resumo é interpretativo, explicativo e elucidativo de *O livre-arbítrio* e do artigo que viria a seguir. Quiçá Sousa tenha ousado na declaração de que o antônimo de bem é “ausência do bem”. Para ele, não poderia ser o mal por causa da proposição de que o mal não existe, o mal é nada. Possivelmente, ele acertou na Filosofia, porém, ele errou na Filologia. Foi inédita a negação do mal metafísico nesses termos. Uma vez defendida a nulidade da ontologia do mal, Sousa seguiu para o pressuposto da antropologia do mal, isto é, “*o tema diz respeito ao mal moral*” (*Ibidem*: p. 106). Na visão de Sousa, ao mesmo tempo que Agostinho afirmou que “*o homem é o ser responsável pela sua livre decisão*”, ele elucidou também que “*o problema do mal está no homem*”.

À semelhança de muitos outros comentaristas, articulistas, especialistas, iniciantes e estudantes da filosofia de Agostinho, Sousa verificou que o ser humano abusou do livre-arbítrio com suas más escolhas. A inteligência, a razão e a liberdade à disposição do ser humano não foram suficientes para que ele queira evitar a prisão do mal. O ser humano teria um defeito moral conduzindo-o a um destino fatal. A ausência de uma motivação exterior provocada por qualquer tipo de agente seria a prova racional de que a motivação está no âmago da vontade do ser humano, ou seja, o ser humano quer agir mal por escolha consciente. Essa situação o torna totalmente responsável pela permanência do mal no mundo.

O mal moral tem reflexo no mal físico para Sousa. Os outros entenderam e ele também entendeu o que Agostinho quis dizer que o mal não está nas coisas, mas no mau uso que o ser humano faz delas. Igual aos outros, Sousa também se limitou ao desenvolvimento crescente característico do raciocínio de Agostinho sobre as razões de não se cassar o livre-arbítrio, a presciência de Deus mais a graça com suas implicações sobre a harmonia e a ordem no mundo. Apesar de ter se mantido na segurança de uma abordagem conservadora, Sousa entregou um trabalho bem-sucedido naquilo que se propunha desde a origem. Na penúltima linha da conclusão, Sousa entendeu que o mal é ainda “*um dos grandes problemas da filosofia*” (*Ibidem*: p. 116).

5. LIÇÕES APRENDIDAS COM ÉTIENNE GILSON

Étienne Gilson escreveu um material de conteúdo farto sobre os pensadores cristãos desde a origem do Cristianismo. Consideraremos um pouco do seu conhecimento interpretativo dos raciocínios de Agostinho no tocante ao tema da presença do mal na história da humanidade. O livro *História da Filosofia Cristã: desde Orígenes até Nicolau de Cusa*, elaborado em parceria com o frade franciscano Philotheus Boehner, colaborador de erudição, no capítulo II (*Santo Agostinho, o mestre do Ocidente*), no tópico D (*A ordem moral e social*), no § 1 (*A ordem moral*), no número II (*livre-arbítrio e liberdade*), nos subtópicos 1 (*O poder da vontade para optar livremente entre o bem e o mal baseia-se na sua aptidão para participar da felicidade*) e 2 (*Liberdade é boa vontade*), páginas 191-3, apresenta aprendizados de interesse ao tema deste trabalho. A título de introdução, o número II inicia assim:

Para Agostinho, a existência da vontade livre (ou do “*liberum arbitrium*”) jamais chegou a ser um problema. Trata-se, a seu ver, de uma verdade primária e evidente, e, portanto, incontestável. Temos consciência de nos determinarmos a nós mesmos e de sermos responsáveis por nossos atos. O problema propriamente agostiniano diz respeito ao uso desta vontade, bem como ao seu valor e à sua bondade. Qual a razão de ser da vontade e como conquista ela a sua perfeição na liberdade? (BOEHNER & GILSON, 1991: p. 191)

Como se observa na citação imediatamente acima, o livre-arbítrio não deveria ser chamado de problema por ser um conceito aceito pacificamente. Cada um é senhor da própria vontade para fazer o que bem quiser. Igualmente, cada um será responsabilizado a receber as consequências das suas ações. Aqui, exatamente nesse ponto é que reside o problema propriamente dito. Talvez esse entendimento não fosse comum ao contexto social da época de Agostinho por causa da cultura de destinos controlados pelos deuses.

Os subtópicos 1 e 2 explicam sobre a liberdade da ação da vontade e o retorno da reação equivalente. Somos lembrados que Agostinho repetia o conceito da filosofia grega de que o objetivo último da vida do ser humano é felicidade. O **τέλος** humano era a **εὐδαιμονία** no inconsciente coletivo dos helênicos. Depois, Boehner e Gilson afirmam que a felicidade é particular, privativa e inalienável. Enganam-se os que acham que serão felizes com o egoísmo, o intrometimento, a luxúria e a soberba. A vontade livre, após habituar-se nos vícios, não consegue forças para as virtudes do altruísmo, do recato, da castidade e da humildade.

Em *A filosofia na Idade Média*, o capítulo II fala sobre *Os padres latinos e a filosofia*, o tópico II apresenta *O platonismo latino do século IV*, onde Étienne Gilson apresenta a coerência filosófica de Agostinho ao defender uma tese distinta do platonismo que via a matéria como uma coisa má. Coerência filosófica que a exibimos na citação abaixo:

Por mais profundamente que tenha sofrido a influência do platonismo, Agostinho não admitiu um só instante que a matéria fosse ruim, nem que a alma fosse unida ao corpo em castigo do pecado. Uma vez liberto do dualismo gnóstico dos maniqueístas, nunca mais tornou a cair nele. Em compensação, Agostinho repetiu sem cessar que as relações atuais da alma com o corpo não são mais o que eram outrora e ainda deveriam ser. O corpo do homem não é a prisão da sua alma, mas tornou-se tal por efeito do pecado original, e o primeiro objeto da vida moral é nos libertar dele. (*Op. cit.*, 2001: p. 153)

Nos parágrafos seguintes, Étienne Gilson seguirá explicando que a natureza humana é boa enquanto tal e por essa razão “*o bem é proporcional ao ser*”. Uma vez que “ser” e “bem” são logicamente vinculados, pelo princípio da não contradição, o mal “*não pode ser considerado como do ser*”, aplicando o raciocínio das Leis Clássicas da Razão. Então, pela lógica, o bem é e o mal não é. Agostinho chegou à conclusão de que ele se preocupou anos a fio por algo que não é do ser, não é substância, mas que é ausência e privação do bem. Ele estivera interpretando o mal como se fosse substância adicional quando, na verdade, seria a subtração da substância. O mal pode ser encarado como a falta do bem na natureza humana.

Se se trata do mal natural, deve-se recordar que, em si, cada coisa é boa na medida em que é. Por certo, toda criatura acaba perecendo, mas se julgarmos isso do ponto de vista do universo, a destruição de uma é compensada pelo aparecimento de outra (...). Quanto ao sentido moral, ele só se encontra nos atos das criaturas racionais. Já que dependem de um juízo da razão, esses atos são livres; os erros morais provêm, pois, do fato de que o homem faz um mau uso do seu livre-arbítrio. (*Ibidem*: p. 153)

Na leitura que fez das obras gerais de Agostinho, Étienne Gilson concluiu, como os filósofos gregos clássicos, que “*Ser feliz é o objetivo final de todo ser humano*” (*Ibidem*: p. 154), é a beatitude, a **εὐδαιμονία**. “*A única razão de filosofar é ser feliz; só quem é verdadeiramente feliz é verdadeiramente filósofo, e só o cristão é feliz porque só ele possui o verdadeiro Bem, fonte de toda beatitude, e que ele possuirá para sempre*” (*Ibidem*: p. 156), garantiu Étienne Gilson. A página 155 toda possui uma explicação bem didática sobre a conclusão racional de Agostinho sobre o livre-arbítrio que está impregnado de religiosidade. Obviamente que o ser humano se esforça para ser feliz, mas não consegue. A felicidade está no Supremo Bem que o livre-arbítrio não o alcança. A felicidade, portanto, tornou-se uma utopia impossível? Étienne Gilson garantiu que existe uma

opção: a graça de Deus! O livre-arbítrio é um dom abençoado, entretanto tornou-se pusilânime porque se habituou com os vícios, a lubricidade, a ganância, a soberba, o egoísmo *etc.* Por causa disso, Deus interveio para o ser humano se voltar a Ele.

Étienne Gilson demonstrou que Deus fez a graça fortalecer o livre-arbítrio humano para praticar o bem, voltar-se para o Supremo Bem e, finalmente, conseguir a felicidade verdadeira. O ser humano precisa fazer nada? Étienne Gilson respondeu que Agostinho ensinara que o ser humano precisa ter vontade para a livre escolha da prática do bem. Como receber a graça? A resposta de Étienne Gilson foi “*Sem dúvida, ela nasce da fé, mas a própria fé é uma graça*”. Mas o que é a graça? “*a graça é um socorro outorgado por Deus ao livre-arbítrio do homem (...) restituindo-lhe a eficácia para o bem*”. Uma ratificação se seguiu a fim de ajudar a memorização:

Para fazer o bem, duas condições são necessárias, pois: um dom de Deus, que é a graça, e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio, não haveria problema; sem a graça, o livre-arbítrio não quereria o bem, ou, se o quisesse, não poderia consumá-lo. Portanto, a graça não tem por efeito suprimir a vontade, mas, tendo esta se tornado má, fazê-la boa. Esse poder de utilizar direito o livre-arbítrio (*liberum arbitrium*) é precisamente a liberdade (*libertas*). Poder fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas poder não fazê-lo é um sinal de liberdade, e encontrar-se confirmado em graça a ponto de não mais poder fazer o mal é o grau supremo da liberdade. O homem que a graça de Cristo domina da maneira mais completa é, pois, também o mais livre: *libertas vera est Christo servire.* (*Ibidem*: p. 155)

Interessante a assertiva de Étienne Gilson de que “*A queda foi um movimento de cupidez, o retorno a Deus é um movimento de caridade*”. Entende-se que a passionalidade humana motivou o envenenamento para o mal (amor às coisas materiais, à sensualidade, às coisas alheias *etc.*). O antídoto estaria na caridade divina (amor do Supremo Bem buscando o ser humano para Si). Essa interpretação é coerente com o que foi desenvolvido na obra *O espírito da filosofia medieval* (2006), onde se lê a declaração de Étienne Gilson, na página 373, de que

Pode-se obrigar o homem a fazer uma coisa, mas nada pode obrigá-lo a querer fazê-la. Ou há vontade, e não há violência, ou há violência e não pode mais haver vontade. Assim, dizer que o livre-arbítrio é “livre de constrangimentos” ou “livre de necessidade” é afirmar antes de mais nada a espontaneidade natural da vontade, o laço indissolúvel que liga o ato de escolher à eficácia causal do ser racional que o exerce.

Étienne Gilson retomou o argumento de livre-arbítrio ser distinto da vontade, mas só é reconhecido como livre-arbítrio o que parte da vontade: “*Não se pode conceber um homem sem livre-arbítrio, do mesmo modo que não se pode conceber um homem sem vontade*” (*Ibidem*: p. 381). A vontade humana é livre para escolher o bem ou o mal, mas condiciona o ser humano a se

responsabilizar pela escolha. Escolhendo praticar o bem, ele experienciará uma beatitude proporcional; se escolher praticar o mal, sofrerá a justa e rigorosa punição (que Agostinho chamou também de mal). A opção da vontade para o bem, faz o ser humano viver a liberdade; a opção para o mal, escraviza o livre-arbítrio: “*a única liberdade é a liberdade verdadeira, isto é, a de fazer o bem*” (*Ibidem*: p. 385):

(...) a vontade é uma espécie de poder: é o poder de querer. Ela será, portanto, tanto mais plenamente ela própria quanto mais apta a querer ela for. Apliquemos esse princípio ao problema que nos ocupa. Uma vontade que quer, mas não pode, não é somente uma vontade sem eficácia, é uma vontade menor. A potência que lhe falta é sua própria potência, a que deveria ser a sua enquanto poder de querer. O livre-arbítrio é, portanto, sempre capaz de querer o bem ou de querer o mal: senão, como ele exerceria sua arbitragem? Mas como a vontade é essencialmente poder, não se pode confundir a má escolha com a sua liberdade. O homem é livre, e faz o mal por seu arbítrio, mas não pelo que faz com que seu arbítrio seja livre. (*Ibidem*: p. 386-7).

Étienne Gilson pareceu ter alcançado a profundidade da filosofia de Agostinho sobre livre-arbítrio, vontade, liberdade e o bem. Nas linhas seguintes, ele manteve a defesa do argumento de que o ser humano declinou do poder do livre-arbítrio para a liberdade plena quando, por vontade, escolheu o mal. Aderindo ao hábito de praticar ações más, paradoxalmente, o ser humano decidiu desistir da sua liberdade. A partir dessa decisão, não houve mais o retorno à liberdade de praticar o bem, isto é, ações plenamente boas, com cabal ausência de pretensões veladas. As palavras expressadas por Étienne Gilson para expor seu raciocínio foram bastante pedagógicas:

Uma liberdade que se diminui, mesmo se livremente, é infiel à sua essência; o ato livre, pelo qual ela se torna menos livre, trai sua própria liberdade. É por isso que, precisamente porque todo querer é um poder, toda diminuição do poder de querer diminui a liberdade do livre-arbítrio. A verdadeira potência é a de querer eficazmente o bem; depois de ter feito o mal, a vontade fica livre de querer o bem, mas não de fazê-lo, logo, ela não é mais que uma liberdade mutilada. (*Ibidem*: p. 387)

É interessante e significativo o cotejar do conhecimento alcançado por Étienne Gilson porque ele foi quem mais bem examinou o sistema filosófico de Agostinho. Alguns temas, inevitavelmente, sofreram reincidência; não obstante isso, Étienne Gilson apresentou-os sob uma percepção diferente. O pesquisador de qualquer tema desenvolvido por Agostinho tem que, necessária e compulsoriamente, analisar os comentários de Étienne Gilson. Uma última publicação de Étienne Gilson será estudada: trata-se da *Introdução ao estudo de Santo Agostinho* (2006). Nessa obra, ele apresentou os chamados atributos universais que fazem as coisas criadas serem boas. São eles: a medida (**modus**), a forma (**species**) e a ordem (**ordo**). Esses atributos incidem, proporcional e diretamente, no bem. O mal é sentido quando um atributo está corrompido:

Se assim é o bem, o mal só pode ser a corrupção de uma das perfeições da natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua proporção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. (*Ibidem*: p. 273)

Na citação acima, tem-se duas definições: uma, o mal é corrupção; outra, o mal é privação; ambas estão ligadas de maneira que a explicação de uma completa a da outra. Agostinho considerou a criação sempre como boa. Nisso estão incluídos humanos, animais, vegetais, minerais, clima e todos os outros elementos da natureza. Há quem entenda “corrupção” como originada do latim **cordis**, **cor** (coração), e **ruptus** (quebrado); assim, literalmente, seria “coração quebrado”, ou seja, fragmentado, despedaçado, arrebatado, partido. Contextualizando a metáfora da filologia para a filosofia, o mal, enquanto corrupção, é a decomposição do bem, sua deterioração, seu apodrecimento. Para que haja o mal, antes precisa haver o bem. Quando o bem cai em estado de depravação (devassidão, degeneração, decomposição), o mal é conhecido. A reflexão filosófica de Agostinho chegou à conclusão de que o bem pode ser sem o mal, mas o mal não consegue ser sem o bem. O bem é autárquico e autônomo. Grosso modo, o mal precisa do bem para existir, o mal é o bem distorcido, o mal “se alimenta” do bem.

(...) o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. Assim, cada vez que falamos do mal, supomos implicitamente a presença de um bem que, não sendo tudo que deveria ser, é, por isso, mau. O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como seu sujeito. (*Ibidem*: p. 273-4)

Étienne Gilson repetiu na obra em questão o fundamento de que a vontade livre e espontânea do ser humano é a responsável escolha da má ação. O ser humano é um bem. A liberdade de decisão do ser humano é outro bem. Lamentavelmente, um bem com possibilidade de optar pela renúncia de si mesmo (pois é exatamente o que a liberdade faz quando decide a prática do mal: diminui sua potência). O ser humano preso no hábito do mal é infeliz, distanciando-se cada vez mais do maior dos bens que é a beatitude (εὐδαιμονία). A liberdade do ser humano se enfraqueceu no momento em que sua vontade pendeu para o lado do mal. Étienne Gilson mostrou que Agostinho entendia que o orgulho da vontade deu origem ao mal. O orgulho foi definido como “o desejo de uma posição e de uma independência perversa” (*Ibidem*: p. 284). O orgulho da

vontade trouxe o desajuste, a distorção e a desordem. “*O que sobra da natureza instituída por Deus depois de uma tal desordem? O mal*” (*Ibidem*: p. 287).

Nos parágrafos seguintes, Étienne Gilson comentou como Agostinho enxergava a dinâmica de Deus para atrair a liberdade de volta ao bem, contudo, com absoluta ausência de constrangimento e coação. A estratégia utilizou os mecanismos da graça e da fé, ou seja, todos os artifícios são da exclusividade de Deus. O ser humano precisa que sua vontade escolha acolher a fé e a graça. Esses dons capacitarão o ser humano à obediência para o bem, a liberdade e a felicidade.

O espírito da filosofia medieval expressa uma opinião sobre o mal culposos que é interessante comparar com a opinião sobre o mal doloso em *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. De um lado, com base em uma interpretação do entendimento filosófico de Agostinho, Étienne Gilson emitiu seu parecer quanto ao mal involuntário:

Há erros de conduta que não dependem de nós. Uma ignorância cuja causa é exterior a nós e de que não somos, por conseguinte, responsáveis. O que não a impede de nos levar a falhar o objetivo: são fracassos propriamente ditos, em todo caso insucessos e, se quiserem, infortúnios. Quando a causa dos insucessos está em nós, não é mais de azar apenas que se trata, mas de falta. Assim, não há, entre a falta moral e o insucesso, outra diferença além da das causas de que depende o fracasso final do ato humano. E não mudaríamos sua natureza acrescentando a essas causas uma impulsão que nos arraste ao mal por desejo ou por cólera. O ato que daí resulta é injusto, então, mas essa injustiça é o efeito de uma ignorância radical de que o ato mau não é mais que a consequência indireta. Mesmo se o ato é conscientemente desejado, deliberado, escolhido após uma discussão que avalie seus motivos, sua malícia exprime a injustiça de quem o consome. Não é mais apenas o ato que é mau, é o homem. No entanto, a malícia do próprio homem, a injustiça radical que o vicia, pressupõe sempre o mesmo erro inicial da razão. (*Ibidem*: p. 404)

Do outro lado, Étienne Gilson emitiu, outrossim, seu parecer quanto ao mal voluntário, complementando tudo o que ele já emitira antes, para confrontação entre motivações:

Agostinho não se contentou em afirmar essa tese geral, ele aplicou-a especificamente ao caso do mal voluntário, que é o pecado. Com efeito, o ato voluntário e livre pode ser assimilado por uma substância qualquer, que seja dotada de medida, de forma e de ordem. Se essas perfeições não são o que deveriam ser num ato determinado, então, ele se ocorre imperfeito, portanto mau. Mas, aqui também, a malícia do ato está somente nisso de que ele se encontra privado: se ele não fosse nada, não estaria privado de nada. Uma vontade má é, portanto, uma vontade que, enquanto tal, é boa, mas à qual falta ser plenamente o que deveria ser; aqui, não mais do que em outros lugares, o mal não pode existir fora do bem. (GILSON, 2006: p. 274)

Étienne Gilson não diminuiu a responsabilidade do mal culposos, entretanto soube reconhecer que há atos falhos alheios à vontade de quem os cometeu. Uma maldade consolidada pela banalidade, consentida pelo constructo da sociedade, repetida pela maioria e aprovada pelos mecanismos legais, não a tornam uma virtude nem isentam da consequência inevitável. Pode-se não compreender a razão de certos sofrimentos, mas a responsabilidade é pessoal e intransferível. A mais alta magistratura de uma nação legaliza o que é incorrigível em um povo, entretanto o erro será sempre erro e o mal não é dissimulado por ser chamado por um termo diferente e brando.

6. CONSIDERAÇÕES APROPRIADAS, IMPORTANTES E PERTINENTES

Duas contribuições sobre o assunto em foco vindas da Inglaterra encerram as reflexões fundamentadas nas mentes especializadas em Agostinho. A primeira será de Henry Chadwick, KBE, (1920 d.C. – 2008 d.C.). Informação curiosa: KBE é sigla para indicar o nomeado como *Knight Commander of the Order of the British Empire*, (“Cavaleiro Comandante da Ordem do Império Britânico”). Ele foi teólogo, historiador e sacerdote da Igreja Anglicana da Inglaterra. Ele foi também reitor e professor da Faculdade Christ Church Cathedral, da Universidade de Oxford, e professor de Peterhouse Cambridge, o colégio constituinte mais antigo da Universidade de Cambridge. A segunda contribuição será de Gillian R. Evans (1944 d.C. –), filósofa, professora de história e de teologia medieval na Universidade de Cambridge. As obras literárias de ambos de interesse para este Trabalho de Conclusão de Curso estão indicadas na referência bibliográfica secundária. Essas apresentações se fizeram necessárias porque ambos não são difundidos no meio acadêmico-filosófico brasileiro como alguns outros.

O capítulo 3 do livro da autoria de Henry Chadwick tem a abordagem temática coadunada com o objetivo ao qual nos propusemos e no qual mantemo-nos focados disciplinadamente. Ele chamou esse capítulo de *Free choice* (“livre escolha”). O livro não tem tradução em português, por isso as citações serão apresentadas no idioma original com a nossa respectiva tradução livre a seguir dentro de parênteses e entre aspas. O capítulo 3 faz uma indicação sucinta, rápida e objetiva dos acontecimentos biográficos de Agostinho quando do início da elaboração de *O livre-arbítrio*. Um parecer sobre a vontade é manifesto literalmente nas palavras a seguir:

Virtue depends on right and rational choices, and therefore happiness lies in loving goodness of will. By contrast, misery is the product of an evil will. And evil originated in a misused free choice which neglected eternal goodness, beauty, and truth. (CHADWICK, 2001: p. 40)

(“A virtude depende de escolhas certas e racionais, e, portanto, a felicidade está na bondade amorosa da vontade. Por contraste, a miséria é o produto de uma má vontade. E o mal se originou em uma má utilização da livre escolha que negligenciou a bondade, a beleza e a verdade eternas.”)

A virtude referida na citação acima são as convencionalmente chamadas de virtudes cardeais: justiça, prudência, autocontrole (temperança) e coragem (fortaleza). Defendeu-se a tese de que, por vontade e por razão, o ser humano deveria eleger agir certo para lograr a felicidade.

Quando a pessoa, livre e espontaneamente, procede de má vontade, obtém a miséria. Esse assunto da vontade foi retomado no capítulo 5, *Vocation* (“Vocação”), com ênfase na responsabilidade do praticante de ações más, afinal, grosso modo, o indivíduo é dotado de vontade para fazer escolhas. Mas a natureza própria do gênero humano está em desordem e em desarmonia e ele próprio constrói seu mal destino. Ao mesmo tempo, ele é a doença e o doente.

For Augustine, man’s dilemma is that when he has seen what he ought to do, his will is too weak to do it. The will is indeed in working order for making choices, but the preferred choices are for whatever is comfortable and pleasurable. Hence the problem of the very nature of man, ever restless, ever seeking happiness in places where it cannot be found, knowing not only that he is sick at heart but that he is the very cause of his own sickness (C x.50). (*Ibidem*: p. 67)

(“Para Agostinho, o dilema do homem é que, quando ele vê o que deve fazer, sua vontade é fraca demais para fazê-lo. Na verdade, o estado de funcionamento da vontade é para fazer escolhas, mas as escolhas preferidas são para o que for confortável e prazeroso. Daí o problema da própria natureza do homem, sempre inquieto, sempre buscando a felicidade em lugares onde ela não pode ser encontrada, sabendo que ele está doente não apenas no coração, mas que ele é a própria causa de sua própria doença (C x.50).”)

Chadwick transmitiu sua compreensão das pesquisas nos livros de Agostinho escrevendo que a alma humana é volúvel, inconstante, instável, inquieta e débil, razões essas que a tornaram a raiz do mal. Ele entendeu que, como a alma humana foi feita do nada, ela tende a retornar à origem. Chadwick associou essa tendência de retorno como uma justificativa para a alma humana se inclinar para o mal, já que o mal é identificado como nada. Ele se expressou da maneira abaixo:

We have seen that Augustine preferred to locate the root of evil in the soul’s instability (...). The soul’s weakness was for him the immediate, if not necessarily the all-sufficient, cause of sin. Yet he saw this instability of the soul as inherent in the very fact of being created out of nothing and therefore ‘contingent’, liable to be driven off course.

(...)

Creation out of nothing carried for Augustine the consequence that in everything so created there is an element of non-being and a ‘tendency to non-existence’, even though that ultimate stage is never actually reached. (...) At the same time, being created out of nothing, it is mutable, and the potentiality for the fall is therefore given by creation. Even so, the actual choice of the will to neglect the good is causeless and inexplicable.

(...)

Matter in itself is morally neutral; yet merely by the fact of being created out of nothing, by being in itself formless, it carries a profound metaphysical inferiority. (*Ibidem*: p. 40-1)

(“Vimos que Agostinho preferiu localizar a raiz do mal na instabilidade da alma (...). A fraqueza da alma era para ele a causa imediata, se não necessariamente a todo-suficiente, do pecado. No entanto, ele via essa instabilidade da alma como inerente ao próprio fato de ser criada do nada e, portanto, ‘contingente’, passível de ser desviada do curso.

(...)

A criação do nada trouxe para Agostinho a consequência de que em tudo assim criado há um elemento de não-ser e uma ‘tendência à não-existência’, mesmo que esse estágio final nunca seja realmente alcançado. (...) Ao mesmo tempo, sendo criado a partir de nada, é mutável, e a potencialidade para a queda é, portanto, dada pela criação. Mesmo assim, a escolha real da vontade de negligenciar o bem é sem causa e inexplicável.

(...)

A matéria em si é moralmente neutra; no entanto, apenas pelo fato de ser criado do nada, por ser em si sem forma, carrega uma profunda inferioridade metafísica.”)

O parecer de Gillian R. Evans passou pelo crivo avaliativo de Chadwick a quem ela fez um agradecimento no livro que publicou sobre o problema do mal, no entanto, ela apresentou um trabalho mais amplo englobando um cabedal de estudos e de conhecimentos da antologia de Agostinho e de outros filósofos, pensadores e escritores dos períodos clássico e antigo. Os cinco primeiros capítulos apresentam a trajetória da questão do mal pela biografia e pela produção literário-filosófica de Agostinho. O capítulo III (*O mal na mente*) recebeu 85 páginas, sendo o mais longo de todos. O capítulo V (*O antídoto ao mal*) é o segundo em quantidade de páginas: são 52 páginas versando sobre argumentos de interesse à proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A opinião interpretativa de Gillian R. Evans a respeito de vontade e liberdade dará início à demonstração porque partiremos dos temas tangidos nos comentários de Chadwick. Evans concordou que a vontade humana e sua liberdade são dons bons em si mesmos. O uso correto da vontade é a ação boa, o abuso da escolha livre da vontade é a ação má. A liberdade da vontade tanto poderia ir ao encontro do bem como ir de encontro a ele. Justamente por ser livre é que o ser humano pode ser recompensado ou punido, dependendo das ações tomadas. Esse debate todo é de ordem moral.

Nada pode compelir uma vontade livre ao mal, e assim toda moção da vontade deve ser voluntária, isto é, deve proceder da própria vontade. Não existe nenhuma *causa positiva* para a vontade se voltar ao mal, porque este voltar-se é negativo, uma defecção. Todavia o afastar-se está sob nosso controle, e somos responsáveis quando ocorre. (EVANS, 1995: p. 174, grifo do autor)

Evans entendeu que o mal emana de uma fonte chamada vontade humana e que há liberdade na vontade quando da escolha entre fazer o bem ou fazer o mal; mas que a liberdade da vontade é verdadeiramente plena quando o ser humano faz o bem, contudo, a liberdade termina quando o ser humano faz o mal. Esta segunda opção pode ter uma aparência de liberdade, conquanto seja apenas uma liberdade falsa.

O segredo da verdadeira liberdade é abandonar a liberdade de fazer o mal que não se pode chamar liberdade, porque apresenta apenas uma alternativa. O homem bom reobtem sua liberdade de fazer o bem e ao mesmo tempo perde a sua tendência a escolher o mal, com a ajuda de graça verdadeiramente libertadora. (*Ibidem*: p. 201)

O ser humano, enquanto criatura dotada de raciocínio e de liberdade, arbitrou prestigiar o mal em detrimento do bem. A razão passou a ser usada para agir contra o bem e produzir o mal. Tal predileção fê-lo abdicar de sua liberdade e o tornou débil para resgatá-la de volta. Ele se resignou em ser laçao subserviente da concupiscência e dos desejos indignos com uma patologia que, amiúde, contaminou o raciocínio tanto quanto o corpo: uma doença psicossomática. Percebe-se que “o mal, embora não seja substância, pode afetar substâncias, diminuindo-as de certa forma, de sorte que tendam à não-existência” (*Ibidem*: p. 179), como também que “seu efeito sobre seus hospedeiros é diminuir sua existência, arrastando-a cada vez mais rumo à não-existência” (*Ibidem*: p.225). Evans tem uma reflexão racional com paralelo na explicação de Chadwick sobre a inclinação incontrolável pelo nada, pela não-existência, pelo não-ser, ou seja, pelo mal. Metaforicamente, é como se dissesse: **et revertatur pulvis in terram suam unde erat** (“e que o pó volte à sua terra de onde veio”).

Evans ousou em mostrar sua estupefação com as consequências nítidas do mal. A entropia perceptível no mundo em todas as categorias não foi desdenhada, desprezada ou diminuída. Um alerta convincente foi exarado ressaltando o quanto a filósofa não encarava com leviandade intelectual esse assunto. Conquanto não seja substância, o mal muda aquilo que é substância em algo que descamba apressuradamente do ruim para o pior. A preocupação está patente no parágrafo que diz:

O mal mudou os homens tão radicalmente que eles se tornaram mortais. Ele arruinou os anjos que caíram. Deve ser temido porque distorce as boas criaturas de Deus, deixando soltos no mundo seres prejudicados que são ativamente malevolentes, exercendo suas vontades para o mal com terrível energia, fazendo o negativo parecer positivo pela força de seus desejos. Devemos, portanto, temer, não uma abstração, mas a terrível “treva angélica”, treva personificada, as criaturas mais brilhantes privadas da luz e visando destruição. Nas vontades de seres racionais que se afastaram do bem há poder e substância, que fazem do “nada” do mal um “algo”. (*Ibidem*: p. 150)

Em dado momento, Evans fez uma leitura parecida com a de Étienne Gilson que “*Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada*” (GILSON, 2006: p. 273). Já foi lido na citação imediatamente anterior que o mal muda tudo para pior. A mudança efetuada pelo mal direciona a criatura racional para o não-ser. Por conseguinte, pode-se chegar à conclusão lógica de ambas proposições de que o mal surge de substância previamente existente. Eis a explicação desse silogismo:

Se o que devia ser era o homem, não haveria necessidade de mudança para ele. Não existe nenhum movimento ou mudança no Bem mais Alto, e, embora as coisas criadas difiram de Deus em sua bondade em ser capaz de mudança, é uma propriedade do bem ser estático, e, é uma propriedade do mal estar em perpétuo estado de mudança. Somente quando o mal age sobre as coisas criadas elas mudam, e esta mudança deve ser para pior, porque o mal rouba sua verdadeira existência desde o bem; só fazendo coisas boas como ela mesma, pode existir. Ele tem uma existência emprestada, por inerir numa coisa que existe; seu efeito sobre seus hospedeiros é diminuir sua existência, arrastando-a cada vez mais rumo à não-existência. É inteiramente impossível que exista mal absoluto, pois se ele privasse completamente o seu hospedeiro de bondade, não lhe restaria nenhuma existência; o hospedeiro e o parasita desapareceriam juntos. (*Ibidem*: p. 225)

7. CONCLUSÃO

Henry Chadwick constatou acerca do que o próprio Agostinho achava sobre a sua filosofia quanto ao problema do mal no mundo: *He was aware that he was leaving a number of questions unresolved* (“Ele estava ciente de que estava deixando uma série de questões não resolvidas”) (CHADWICK, 2001: p. 42). A conclusão de Agostinho ofereceu uma alternativa filosófica que não é unanimidade nem é consenso entre seus especialistas, seus estudiosos e demais pensadores. Por outro lado, a conclusão de Agostinho não satisfaz a busca teológica, mormente se considerada uma seleta plêiade de congêneres fundamentalistas. A lacuna intelectual ainda carece de acabamento e arremate.

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu perseguir, entender e explorar a manifestação do famigerado mal em todas as classes, camadas e níveis sociais nos diversos papéis sociais (família, profissões, esportes, lazer, educacional, relações interpessoais as mais diferentes). A tentativa foi a de percorrer a filosofia da moral cristã de Agostinho para alcançar a percepção sobre o mal tanto no indivíduo quanto na sociedade, isto é, do individual ao social. Apontaram-se os registros literário-teológico-filosóficos particulares do Bispo de Hipona antes de serem apontados seus comentadores – notórios, populares e desconhecidos.

A análise manteve o enfoque centrado na discussão de dois temas principais: da origem do mal e do porquê os seres humanos praticarem o mal (este último apresenta o tópico secundário do porquê Deus não impedir os seres humanos de praticarem o mal). Imprescindivelmente, a pesquisa passou nos lugares-comuns relativos à seita dos maniqueus, à falha comezinha do dogma do mal ontológico, à explicação defeituosa da prática do mal, ao paradoxo falacioso de Deus não impedir o mal e ao mal ontológico. Se esses pontos faltassem, não se poderia comprovar que o raciocínio de Agostinho foi realmente compreendido em sua essência. Afinal, foi por se posicionar contar a seita dos maniqueus que Agostinho passou a envidar esforços intelectuais para formular argumentos honestos e sérios sobre o caso do mal.

Seria de uma obviedade sem exageros dizer que as argumentações de Agostinho foram desenvolvidas restritamente baseadas em filosofia, religião e época específicas. Esses aspectos fazem com que seu legado não tenha alcance geral e científico isentos para responderem aos pesquisadores de outros dogmas e de outros tempos. As premissas filosóficas de Agostinho são brilhantes, mas atendem mais ao lado religioso por não se ampliarem às questões mais complexas do Ser e não oferecerem respostas que atendam às questões políticas, sociais *etc.* Por exemplo, para aplicação do mal na política precisaria ser vista as questões cultural e histórica, pois é dessa maneira que o sistema político costuma ser desenvolvido.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tentou contribuir para a revisão de pontos que façam compreender a ação do mal bem como se aplicou ao fortalecimento das práticas éticas que disseminem a formação de cidadãos bons. A sociedade almejada não é a utopicamente idealizada em que todas as pessoas sejam perfeitas e cumpridoras de seus deveres sem uma transgressão sequer. A esperança de uma perfeição social possível é a pensada com equilíbrio e bom senso, de acordo com o que se expõe abaixo:

Os perfeitos nesta vida são, portanto, os que estão ocupados em eliminar o mal. No tratado sobre a perfeita justiça dos homens, ele descreve como estes homens “correm perfeitamente” (*perfecte currunt*) (De Per. Just. Hom. VIII, XIX). Sua perfeição não consiste em seu “ser” bons, mas em seu “tornar-se” bons. A perfeição está no “correr”, e não no estado alcançado de perfeição. (...) Ele leva vida de rejeição sistemática do mal, tornando-se progressivamente e cada vez mais, com a ajuda de Deus, o que deve ser. Ele está numa viagem (*iter nostrum*) que conduz à perfeição. Sua perfeição consiste em seu “correr”, e não em seu “ser”. (EVANS, 1995: p. 230)

Para que haja uma redução da operação do mal na sociedade como um todo, os cidadãos “*Obviamente, devem reverter o processo, empurrar para fora o mal, e tornar-se inteiramente bons, até que sejam o que devem ser*” (*Ibidem*: p. 226). Para que se veja bem social acontecer, o processo educativo é imprescindível e deve começar desde a mais tenra idade porque “*A perfeição de vida é progressiva, levando-nos cada vez mais perto da perfeição consumada, estabelecida para sempre, a bondade inalterável da qual se expurgou o mal*” (*Ibidem*: p. 232).

Com ousadia humilde e respeitosa, o desfecho deste Trabalho de Conclusão de Curso se encerra com a declaração de que Agostinho não solucionou, de uma vez por todas, a questão do problema do mal. A insatisfação não está no método, ou no sistema, ou na capacidade intelectual dele, mas por causa das condições temporais que não lhe permitiram chegar até o fim (embora ele

tenha ido mais longe que muitos até mesmo depois dele). O contexto histórico-social no qual Agostinho estava fortemente inserido era de elaboração do *corpus* dogmático da igreja cristã. Como ele tomou para si a responsabilidade de combater tudo que era considerado como desvio doutrinário (heresias), sua visão para o mal ou seria quanto o ontológico ou o chamado “pecado” (vício, falha de caráter, ensino falso *etc.*).

Uma outra consideração está em que as abstrações de Agostinho se inserem mais na área da Teologia que na da Filosofia. O mal das calamidades e dos flagelos são consequências do mal no caráter, na personalidade e na ação individual e coletiva (luxo, cobiça, inveja, avareza, orgulho, libertinagem *etc.*). Seja como for, nenhum outro filósofo tentou desenvolver, aprimorar, alterar ou superar o sistema filosófico estabelecido por Agostinho até a presente data. Sobre o problema do mal em Agostinho, concordamos com Chadwick: *He was aware that he was leaving a number of questions unresolved*; e nós outros não temos nos ocupado, nem nos preocupado, em resolver as questões deixadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia primária

AGOSTINHO. **A cidade de Deus: (contra os pagãos) parte I (Livros I a X)**. Trad. Oscar Paes Leme; 2. ed., 3ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **A cidade de Deus: (contra os pagãos) parte II (Livros XI a XXII)**. Trad. Oscar Paes Leme; 1. ed., 2ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Confissões**. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante; revisão cotejada de acordo com o texto latino por Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Paulus, 1984.

_____. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **De magistro**. Trad. Ângelo Ricci. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **O livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira; do original latino, cotejada com versões em francês e espanhol. 1. ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. **Retratações**. Trad. Agostinho Belmonte; 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.

_____. **Solilóquios**. Trad. Antônio A. Minghetti. São Paulo: Escala, [s.d.].

Bibliografia secundária

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. revista e ampliada. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Os verbetes de nosso interesse são “Agostinismo”, “Bem supremo”, “Ética”, “Hábito” e “Mal”.

BELLEI, Ricardo José; BUZINARO, Délcio Marques. **O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho**. Revista Mirabilia, Francisco Beltrão, PR, p. 80-97, Jun-Dez 2010.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Trad. Raimundo Vier. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHADWICK, Henry. **Agostine: a very short introduction**. New York, USA: Oxford University Press Inc., 2001.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Estrutura lógico-argumentativa do problema do mal em Santo Agostinho**. Artigo de 2001.

_____. **Introdução ao pensamento ético-político de Santo Agostinho.** São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho.** Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

_____. **Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. **O livre-arbítrio e o problema do mal em Santo Agostinho.** Argumentos Revista de Filosofia, Fortaleza, CE, ano 2, nº 3, p. 124-130, 2010.

EVANS, Gillian R. **Agostinho sobre o mal.** Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

FERNANDES, Marcos Aurélio. **Curso de Filosofia Medieval 2022_1 texto 5.** Apostila da disciplina História da Filosofia Medieval 2, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de Brasília, p. 88, 2022.

GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média.** Trad. Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho.** Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.

_____. **O espírito da filosofia medieval.** Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KNIGHT, A; ANGLIN, W. **História do cristianismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1984.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia.** Volume 1 (Os filósofos do Ocidente). Trad. Bênoni Lemos; revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. 11 ed. São Paulo: Paulus, 2002.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da igreja cristã.** Trad. J. Maurício Wanderley. 5. ed. rev. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

NODARI, Paulo César. **Solilóquios de Santo Agostinho como gênero literário.** In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, Caxias do Sul: UCS, 2009, p. 1-12.

NUNES, Mariciane Mores. **Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho: um estudo a partir do De Libero Arbitrio.** Dissertação (Mestrado em Filosofia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 149, 2009.

SOUSA, Lucas da Conceição. **O problema do mal em O livre-arbítrio de Agostinho de Hipona.** Revista Pandora Brasil, Brasília, DF, edição 92, p. 103-117, março de 2018.